

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Jéssica de Souza Christo

Transformação social e arquitetura, dos modelos punitivos aos socioeducativos:
A importância da ressocialização de jovens infratores

Juiz de Fora
2023

Jéssica de Souza Christo

Transformação social e arquitetura, dos modelos punitivos aos socioeducativos:
A importância da ressocialização de jovens infratores

Monografia apresentada a Faculdade de Ar-
quitetura e Urbanismo da Universidade Fede-
ral de Juiz de Fora como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em Arquitetura
e Urbanismo

Orientador: Prof. Ma. Daniela Pereira Almeida

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do Modelo Latex do CDC da UFJF
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza Christo, Jéssica.

Transformação social e arquitetura, dos modelos punitivos aos socioeducativos : A importância da ressocialização de jovens infratores / Jéssica de Souza Christo. – 2023.

73 f. : il.

Orientador: Daniela Pereira Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

1. Jovens infratores. 2. Socioeducação. 3. Arquitetura. 4. Urbanismo.
5. SINASE. I. Almeida, Daniela, orient. II. Doutora.

Jéssica de Souza Christo

**Transformação social e arquitetura, dos modelos punitivos aos socioeducativos:
A importância da ressocialização de jovens infratores**

Monografia apresentada a Faculdade de Ar-
quitetura e Urbanismo da Universidade Fede-
ral de Juiz de Fora como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em Arquitetura
e Urbanismo

Aprovada em 13 de Julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ma. Daniela Pereira Almeida - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Este projeto tem como objetivo apresentar como a Arquitetura e o Urbanismo podem ser ferramentas importantes no processo de ressocialização de jovens infratores, embasando uma proposta de uma unidade socioeducativa no município de Juiz de Fora - MG. A proposta inicial é a apresentação de um centro que acomode atividades de ensino, lazer, acompanhamento e saúde. Através de revisão bibliográfica, foi demonstrada a relação entre questões socioespaciais e o fenômeno de encarceramento de jovens infratores. Além disso, foi apresentada uma perspectiva histórica da evolução de conceitos e práticas relacionados a sistemas prisionais e socioeducativos, indicando as discrepâncias entre o pensamento socioeducativo atual, e as medidas regulamentadas no panorama brasileiro. Especificamente no contexto socioeducativo na cidade de Juiz de Fora, a ausência de legislação específica, localização de unidades socioeducativas existentes e seu formato inadequado a proposta de socioeducação, indica ser benéfico o afastamento da imagem de um sistema prisional atrelada aos equipamentos. Conclui-se que a questão que aborda o menor infrator é complexa e demanda análise do contexto político, social, cultural e econômico, sendo esses fatores determinantes que produzem indivíduos complexos. Entende-se que o tema só pode ser totalmente contemplado através da multidisciplinaridade e é desta forma que se caracteriza a busca por diferentes perspectivas na fundamentação do trabalho.

Palavras-chave: Jovens infratores. Socioeducação. Arquitetura. Urbanismo. SINASE.

ABSTRACT

This project aims to present how Architecture and Urbanism can be important tools in the process of re-socializing young offenders, supporting a proposal for a socio-educational unit in the municipality of Juiz de Fora - MG. The initial proposal is the presentation of a center that accommodates teaching, leisure, follow-up and health activities. Through a bibliographic review, the relationship between socio-spatial issues and the phenomenon of incarceration of young offenders was demonstrated. In addition, a historical perspective of the evolution of concepts and practices related to prison and socio-educational systems was presented, indicating the discrepancies between current socio-educational thinking and the regulated measures in the Brazilian scenario. Specifically in the socio-educational context in the city of Juiz de Fora, the absence of specific legislation, the location of existing socio-educational units and their inadequate format for the socio-educational proposal, indicates that the removal of the image of a prison system linked to equipment is beneficial. It is concluded that the issue that addresses the minor offender is complex and demands analysis of the political, social, cultural and economic context, being these determining factors that produce complex individuals. It is understood that the theme can only be fully contemplated through multidisciplinary and this is how the search for different perspectives in the foundation of the work is characterized.

Keywords: Young offenders. Socioeducation. Architecture. Urbanism. SINASE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - São Paulo, Brasil.	14
Figura 2 - Oyster Bay, África do Sul	14
Figura 3 - Mumbai, Índia.	15
Figura 4 - Termos utilizados para descrever a análise dos perfis de distribuição populacional segundo os tipos intraurbanos	16
Figura 5 - Concentração Urbana contígua	17
Figura 6 - Concentração Urbana espalhada	17
Figura 7 - Concentração Urbana litorânea	18
Figura 8 - Concentração Urbana litorânea de veraneio	18
Figura 9 - Gráfico de taxas de homicídio ocorridos no Brasil por idade e sexo	23
Figura 10 - Planta do Panopticon	33
Figura 11 - Medidas socioeducativas e sua aplicação de acordo com o ECA	39
Figura 12 - Categorias e indicadores de qualidade dos programas de atendimento socioeducativos	42
Figura 13 - Estrutura física básica exigida de acordo com modelo de medida socioeducativa	43
Figura 14 - Procedimentos Metodológicos	46
Figura 15 - Esquema de tabelas síntese das características das instituições analisadas	47
Figura 16 - Categorias relacionadas à pergunta 1	48
Figura 17 - Categorias relacionadas à pergunta 2	49
Figura 18 - Características Apreendidas	50
Figura 19 - Programa	51
Figura 20 - Gráfico Sentimentos Expressados vs. Recorrência	52
Figura 21 - Gráfico Associações vs. Recorrência	53
Figura 22 - Trajeto entre Centro de Juiz de Fora e Centro Socioeducativo de Juiz de Fora	55
Figura 23 - Trajeto entre Centro de Juiz de Fora e Centro Socioeducativo de Juiz de Fora	57
Figura 24 - Trajeto entre Centro de Juiz de Fora e Centro Socioeducativo de Juiz de Fora	58
Figura 25 - Centro Socioeducativo Santa Lúcia - Vista Aérea	59
Figura 26 - Centro Socioeducativo Santa Lúcia	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	JUSTIFICATIVA	8
1.2	METODOLOGIA	9
2	PROCESSOS SOCIAIS E JOVENS INFRADORES	11
3	PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEITOS - A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOEDUCATIVO	27
3.1	O papel da arquitetura na ressocialização dos jovens infratores	33
4	A ARQUITETURA COMO FERRAMENTA SOCIOEDUCATIVA - SINASE	41
4.1	Estudo de caso	45
5	PANORAMA SOCIOEDUCATIVO EM JUIZ DE FORA	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	62
	ANEXO A – TABELA DE DADOS DE APOIO À CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS E SUBTIPOS INTRAURBANOS	65
	ANEXO B – TABELAS DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	66
	ANEXO C – SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO	69

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como tema a ressocialização de menores infratores. Tem-se desenvolvido no Brasil estratégias para um programa de desenvolvimento voltado ao tratamento de jovens que cometeram ato infracional. Os planos de atendimento socioeducativos, são munidos de orientações e diretrizes sobre planejamento, execução, monitoramento e avaliação de unidades do tipo, com as devidas responsabilidades de municípios, estados e união. O Plano nacional instituído como Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), vai apontar estratégias, diretrizes e metas de longo prazo para o desenvolvimento do país no que tange ao tratamento dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

A problemática se encontra na execução do ideal, visto a necessidade de participação da comunidade, que pouco é incentivada nos modelos atuais, bem como construções insalubres e que muito mais se aproximam de modelos punitivos e restritivos, do que de modelos socioeducativos.

Além disso, de nada contribui para o desenvolvimento da discussão e boa execução do plano nacional, o pensamento social atual que pode ser por muitas vezes preconceituoso e negligente para com jovens que tenham cometido ato infracional.

O SINASE é muito recente, visto que sua primeira apresentação oficial pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) se deu em 2006, mas sua publicação por vias legais somente em 2012. Sendo assim a maioria dos centros educativos ativos do Brasil foram construídos antes de sua publicação e não seguem suas diretrizes.

Assim sendo, o panorama atual dos centros socioeducativos, apesar de seu importante papel social, é delicado, visto que muitas unidades foram instaladas em locais construídos sob perspectivas de punição e vigilância, o que acaba por perpetuar a mentalidade de modelos do tipo, pouco incentivando o pensamento socioeducacional. Tem-se com isso, algo muito mais próximo da punição do que da educação.

Além claro da negligência social e governamental, sendo muitas as notícias que apontam denúncias de insalubridade, violação de direitos, insuficiência de camas, banheiros ou espaços adequados à vivência nesses locais (Jornal Estado de Minas, 2022; O Povo, 2023; G1, 2022). A questão é que essas notícias por muitas vezes podem ter viés sensacionalista, que influenciam de forma negativa a forma como a comunidade olha para esses jovens, bem como o tema da socioeducação e tudo o que o envolve.

Em Juiz de fora, cidade onde se propõe o estudo, quarto município mais populoso do estado de Minas Gerais, com 540.756 habitantes em 2022 (IBGE, 2023), a situação não é menos preocupante. O município é constituído de 5 distritos: Juiz de Fora, Paula Lima, Rosário de Minas, Sarandira e Torreões. Sendo assim, a localização, atual e oficial, do Centro socioeducativo segundo informações da Secretaria de Estado de Justiça e

Segurança Pública (SEJUSP), é fora da malha urbana, mais precisamente em um distrito do município, Rosário de Minas, a aproximadamente 33 km do centro da cidade.

Não bastasse a localização isolada que em nada contribui com as diretrizes propostas pelo SINASE, como a que aponta a fundamental facilidade de acesso (SINASE,2006), afastando os jovens do convívio social e ainda contribuindo com as adversidades de um local pouco acessível e com baixa mobilidade urbana, não são poucas as notícias de fugas, rebeliões, ameaças de interdição pelo ministério público, superlotação, problemas de estrutura e até falta de recursos básicos como comida (MGTV, 2017; Tribuna de Minas, 2018 O tempo, 2016; Hoje em dia, 2017).

Portanto, este material foi desenvolvido com o intuito de trabalhar a função social da arquitetura e do urbanismo, tomando-a como ferramenta de auxílio à prática de um tema estigmatizado pela sociedade, o ato de ressocializar através da socioeducação.

Com isso, o presente estudo busca salientar que a arquitetura não seria somente uma ferramenta passiva da vontade humana, mas sim figura ativa provedora de contextos. Nunca um mero figurante, mas sim muitas vezes um coadjuvante e em algumas outras um dos protagonistas.

Qual a importância da arquitetura e do urbanismo como ferramenta na ressocialização de menores infratores? É o que o presente trabalho busca apresentar, enquanto defende a importância dos arquitetos e urbanistas, na colaboração da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo através de ações e projetos espaciais, resultados positivos sociais.

Sendo assim, tem-se como objetivo geral, apresentar como a Arquitetura e o Urbanismo podem ser ferramentas importantes no processo de ressocialização de jovens infratores, embasando uma proposta de uma unidade socioeducativa no município de Juiz de Fora - MG.

Como objetivo específico, tem-se:

1. Demonstrar a relação entre questões socioespaciais e o fenômeno de encarceramento de jovens infratores;
2. Demonstrar relações e divergências entre o contexto histórico de encarceramento, a evolução do pensamento socioeducativo e o panorama de medidas socioeducativas de jovens infratores no Brasil;
3. Apresentar o contexto socioeducativo em Juiz de Fora/MG.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este estudo defende a premissa de que ações que geram impacto positivo a juventude são investimentos necessários ao bom desenvolvimento futuro de qualquer nação.

Motivos de ordem teórica e prática serão apontados ao longo do trabalho de forma a indicar a importância do estudo. Sendo todas as informações fundamentadas em outros autores e estudos.

Sendo assim, busca-se atender a função social da arquitetura promovendo bem estar social, através de uma proposta de infraestrutura de suporte social que atenda a:

- Combate a evasão escolar;
- Capacitação de jovens;
- Proteção e orientação dos mesmos;
- Espaço comunitário;
- Desenvolvimento de trabalho comunitário.

Busca-se, com isso, apresentar a importância da aplicação de conhecimentos da área para desenvolvimento humano e social, bem como a responsabilidade dos profissionais arquitetos e urbanistas para com o desenvolvimento social da comunidade como um todo.

Objetiva-se, apresentar a arquitetura e o urbanismo em relação com a humanidade e, conseqüentemente, com sua função social, bem como sua existência como ferramenta que fomenta meios lógicos e justos do ser humano existir, viver, trabalhar, estudar e suas aplicações no que tange ao educar e socializar.

1.2 METODOLOGIA

Considerando-se o objetivo geral de embasar uma proposta de projeto de equipamento socioeducativo no município de Juiz de Fora/MG, os objetivos específicos traçados irão construir um caminho para compreensão do contexto, filosófico, social, legislativo e prático para a proposta.

Cada capítulo tratará de um objetivo específico, sendo apresentado seguindo a respectiva ordem. No capítulo 1, foi apresentada a introdução, objetivos, justificativa e metodologia.

O capítulo 2, apresentará a relação entre questões socioespaciais e as condições intrínsecas ao ato infracional. Pretende-se, a partir de autores como Caldeira e Zaluar, traçar a relação entre crescimento populacional, desigualdade social, segregação espacial, violência e criminalidade e jovens infratores, a fim de compreender o contexto de criminalização e marginalização de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Espera-se, com isso, compreender o contexto social por trás do fenômeno “jovem infrator”, essencial para a proposição de ferramentas a serem aplicadas neste contexto.

No capítulo 3, tratar-se-á das relações e divergências entre o contexto histórico voltado ao pensamento punitivo, bem como a evolução do pensamento social resultando no surgimento do modelo socioeducativo e o panorama de medidas socioeducativas de jovens infratores no Brasil. Nele, a partir de fontes como ESPEN, Foucault e Pizzato, apresenta-se uma perspectiva histórica da evolução de conceitos e práticas relacionados a sistemas prisionais e socioeducativos, a fim de expor de forma crítica as discrepâncias entre o pensamento socioeducativo atual, e as medidas regulamentadas no panorama brasileiro.

Já o capítulo 4, apresenta o contexto socioeducativo no município de Juiz de Fora - MG, no qual será proposto um modelo de unidade socioeducativa. Com isso, analisa-se o contexto de jovens infratores na cidade, equipamentos socioeducativos e legislações específicas, a fim de compreender o público alvo e o contexto de proposta do equipamento arquitetônico

Com isso, busca-se verificar as relações entre jovens infratores, criminalidade, violência urbanas e a socioeducação.

2 PROCESSOS SOCIAIS E JOVENS INFRATORES

A violência modifica e constrói o meio urbano, bem como transforma sua arquitetura e urbanismo. Essa afirmação encontra verdade nas muretas floridas que se transformaram em altos muros que ultrapassam as casas, ou até na forma a qual as pessoas se tornaram reféns de tecnologias de vigilância. A arquitetura urbana ganhou caráter de instituições carcerárias, com direito a arames farpados, cercas elétricas, cacos de vidros em muros e estacas metálicas.

”A arquitetura das grandes cidades brasileiras tende cada vez mais a se auto proteger e nota-se que estas características ficam mais semelhantes às de um presídio, uma vez que incorporam elementos para conter as invasões devido ao pânico que vem sendo potencializado pelo crescimento da criminalidade violenta e o fortalecimento da cultura do medo.” (CALDEIRA, 2000, p. 9)

Lira (2004) reforça esse pensamento quando afirma que:

"O medo do crime é transferido para as formas das habitações e de certo modo para a própria cidade, despertando um novo rearranjo na morfologia urbana, como as “paisagens do medo” vem sendo configuradas e novos padrões de sociabilidade desenvolvidos.” (LIRA, 2014, p. 132)

As metrópoles são palcos de grande e positiva diversidade, seja ela, étnica, racial ou cultural, por exemplo. No entanto o convívio que garante maior tolerância e aceitação, também pode ser aquele que promove conflitos e põe em evidência a desigualdade, visto que muitas vezes o contexto urbano violento serve de pretexto para ações de segregação, como apresentado por Caldeira (2000):

“Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Eles asseguram “o direito de não ser incomodado”, provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem teto.” (CALDEIRA, 2000, p. 267)

No Brasil, o aumento populacional urbano foi um fenômeno intenso a partir da década de 70, quando o país passou por elevado processo de êxodo rural (IBGE, 2023). Esse efeito foi observado quando indivíduos de outras localidades que buscavam melhores condições de vida e oportunidades, tiveram como foco as grandes cidades. Benefícios podem ser observados em alguns aspectos, como por exemplo, aumento da demanda que impulsionou o crescimento não só das cidades em si, mas das regiões no entorno.

Porém, muitas vezes o espaço não comporta a crescente populacional. Assim, a ocupação informal e sua marginalização é um dos reflexos deste fenômeno, sendo responsável por problemáticas de cunho social, econômico e racial.

No início do século XIX, por exemplo, Francisco Pereira Passos, enquanto prefeito do Rio de Janeiro e antiga capital do país, propôs uma reforma urbana que se espelhava nas metrópoles europeias e seria socialmente parcial, privilegiando a elite burguesa da época em detrimento das classes econômicas mais baixas (ALBERGARIA, 2010). Suas ações culminaram na expulsão da população mais pobre da área urbana central, que habitava em sua maioria cortiços, para as encostas dos morros, fortalecendo assim a estrutura das favelas. É possível encontrar passagens das palavras exatas do ex-prefeito, nos registros da Biblioteca Nacional (2023):

“Projeto de lei encaminhado ao Conselho Municipal visava acabar “a vergonha e a imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade”. Após a reurbanização, a Cidade do Rio de Janeiro, anteriormente marcada por traços coloniais, deixou de ser conhecida como “Capital da Morte” e passou a ser chamada de “Cidade Maravilhosa”. (PINHEIRO, 2008, p. 84)

As políticas higienistas foram muito discutidas e defendidas no final do século XIX e início do século XX, elas pregavam o que chamavam de “higiene social” e tiveram grande influência no meio urbano. (ALBERGARIA, 2010)

Tem-se ainda nos dias atuais a baixa da qualidade de vida gerada pela falta de infraestrutura, principalmente para a população periférica, tanto no que tange a saúde, educação, moradia e mobilidade, quanto a segurança e lazer, sendo reflexos dos processos históricos acima citados e que escancaram circunstâncias como a desigualdade social.

O termo “desigualdade social”, remete a uma condição composta por um conjunto de fatores socioeconômicos que afeta negativamente a população de baixa renda, tratando da discrepância da facilidade de acessos a direitos básicos entre classes (OLIVEIRA, 2012). No Brasil é uma característica marcante, sendo destacada por condições como a de alguns grupos sociais que são socialmente privilegiados devido a sua condição financeira, o que torna esse fenômeno intimamente ligado à economia monetária. Um exemplo concreto de que esses temas estão vinculados, seria o que Caldeira (2000) chama de “Enclaves fortificados”:

“Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem espaço fechados cujo acesso é controlado privadamente,

ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público.” (CALDEIRA, 2000, p. 11 e 12)

Não é possível, portanto, perpassar pelo tópico econômico, sem citar o poder de compra. Este está intimamente ligado à capacidade de adquirir bens e serviços de qualidade e, conseqüentemente, se torna um tipo de passaporte social, que reforça a impossibilidade de igualdade, bem como de equidade de direitos.

”O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno.” (CALDEIRA, 2000, p. 12)

Simmel (1979), por exemplo, discute sobre a economia monetária, relatando que esta é indiferente a individualidade genuína e a consideração ao ser humano:

“O dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca e reduz toda qualidade e individualidade a questão: quanto? Todas as relações emocionais íntimas entre pessoas são fundadas em sua individualidade, ao passo que, nas relações racionais, trabalha-se como o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente. Apenas a realização objetiva, mensurável, e de interesse.” (SIMMEL, 1979, p. 13)

Sendo assim, a importância social dada a economia monetária, pode promover uma circunstância que valoriza a desigualdade e o preconceito que algumas classes tem para com outras. De qualquer forma, as características da desigualdade perpassam por acesso, ou sua ausência, a oportunidades, recursos e privilégios sociais. Sendo perceptível ao avaliar-se dados como renda, educação, moradia, saúde, por exemplo, da população.

A pobreza e a desigualdade de direitos são só dois dos aspectos de uma característica sistêmica. Afinal a desigualdade social nas grandes cidades, escancara a concentração de renda nas mãos de poucos, ressaltando a criação de bolhas sociais que fomentam a exclusão, perpetuando e agravando o status social desigual.

Com isso, a desigualdade é por muitas vezes intensificada pelo agravante histórico da discriminação, como a de raça, etnia, gênero ou até mesmo a religiosa. Podendo ser por vezes tão pungente, que torna-se possível observar o surgimento de características físico espaciais, como o caso dos enclaves anteriormente tratados.

A Segregação espacial pode atingir âmbitos é a manifestação de um aspecto físico espacial da desigualdade social, sendo assim constituída por ideais políticos, ideológicos e sociais (SANTOS, 2016).

Os cenários caracterizados por condomínios de classe média/alta em contraste com as zonas periféricas, caracterizam muito bem esse fenômeno. Um dos muitos casos próximos, é o da fotografia que “viralizou” ao retratar a favela de Paraisópolis, que tem limite comum com condomínio de luxo no Bairro de Morumbi em São Paulo (Figura 1). Situações do tipo vão se repetindo ao redor do mundo, podendo ser observadas também na África do Sul (Figura 2), e na Índia (Figura 3):

– Figura 1 - São Paulo, Brasil.



Fonte: Tuca Vieira, 2004.

– Figura 2 - Oyster Bay, África do Sul



Fonte: Johnny Miller/MILLEFOTO, 2016.

– Figura 3 - Mumbai, Índia.



Fonte: Johnny Miller/MILLEFOTO, 2016.

Esse fenômeno garante que destoantes realidades possam até coexistir, mas de forma a nunca se associarem. As barreiras erguidas são intransponíveis, algumas vezes, fisicamente e muitas outras socialmente. Com isso, tem-se a segregação dos usos e espaços.

Intimamente ligada à desigualdade social, a segregação de uso e espaços agrava situações de fragmentação social, gerando estados de polarização ou até em casos mais graves conflitos entre grupos sociais. Caldeira (2000), apresenta um exemplo de tal polarização quando afirma que grupos elitizados utilizam-se do sentimento de medo, gerados pela criminalidade e a violência, como argumento para legitimar preconceitos de classe, com cunho racial e étnico.

“Invariavelmente, a circulação desses discursos do medo e a proliferação de práticas de segregação se entrelaçam com outros processos de transformação social: transições democráticas na América Latina; pós-apartheid na África do Sul; pós-socialismo no leste europeu; transformações étnicas decorrentes de intensa imigração nos Estados Unidos. No entanto, as formas de exclusão e encerramento sob as quais as atuais transformações espaciais ocorrem são tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades.” (Caldeira, 2000, p. 9)

A questão das áreas periféricas atreladas a ausência de infraestrutura adequada, bem como de mobilidade urbana, dificulta o acesso de seus moradores aos centros urbanos que são, comumente, as regiões mais bem abastecidas de comércio, serviços de saúde, escolas, dentre outros

Essa realidade se confirma com dados representados em mapas publicados pelo IBGE em seu estudo de tipologias urbanas, realizado em 2017. O anexo A, irá apresentar uma tabela composta pelos chamados “Dados de apoio à caracterização dos tipos e subtipos intraurbanos”, nela estão contidas caracterizações de grupos de A a K, sendo o grupo “A” os mais bem servidos e o grupo “K” os menos bem servidos. Essa avaliação se dará conforme porcentagem referente a prestação de serviços públicos básicos, como coleta de lixo, abastecimento de água e rede de esgoto, tal como informações referentes a número de moradores nas residências, predominância de alvenaria nas paredes externas, existência de computador com acesso à internet e máquina de lavar. Além disso, é levado em consideração o nível de ensino dos moradores, dependentes menores de 15 anos e o rendimento domiciliar.

O material ainda caracteriza os espaços por cores, representando as condições de vida da população residente das regiões analisadas. Sendo assim, o tipo intraurbano “A”, em tons mais azulados, caracteriza o grupo que possui melhor qualidade de vida, enquanto o tipo “K”, em tons mais avermelhados, caracteriza o grupo com piores qualidades de vida, sempre tendo como base as informações e cores contidas no anexo A já apresentado.

– Figura 4 - Termos utilizados para descrever a análise dos perfis de distribuição populacional segundo os tipos intraurbanos

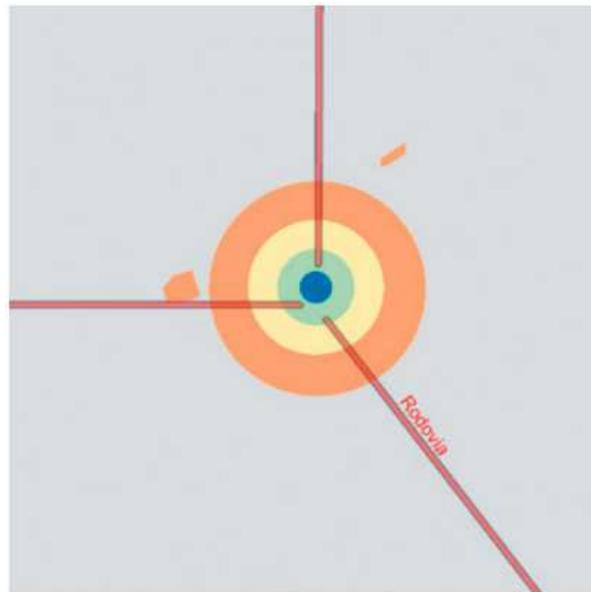


Fonte: IBGE, 2017.

Para fins de análise, tem-se quatro modelos generalistas, apresentados em mesmo material do IBGE sobre tipologias urbanas de 2017. Sendo assim, é possível observar que a zona mais azulada, pertencente ao grupo “A”, caracteriza justamente o grupo que possui

melhor qualidade de vida, enquanto as zonas mais avermelhadas os grupos com piores qualidades de vida, conforme apontado pela figura 4. Com isso, é possível vislumbrar exemplos de como a concentração urbana tende a privilegiar indivíduos com melhores condições de vida. Os dois primeiros exemplos, contidos nas figuras 5 e 6 seguem modelos de desenho geográfico radial:

– Figura 5 - Concentração Urbana contígua



Fonte: IBGE, 2017.

– Figura 6 - Concentração Urbana espalhada



Fonte: IBGE, 2017.

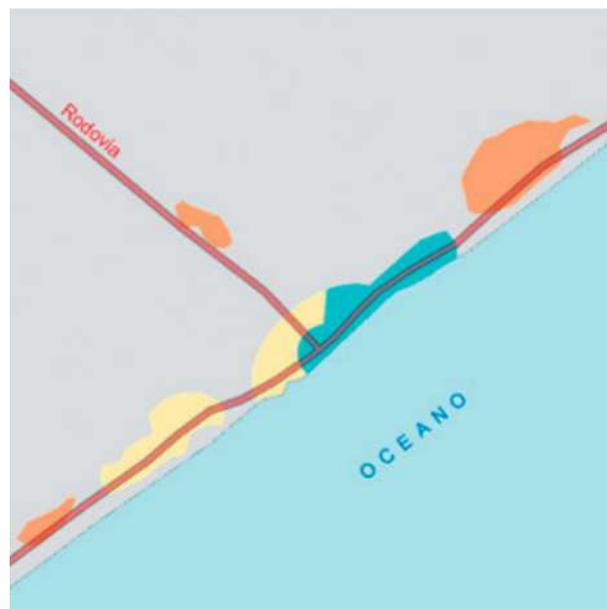
As figuras 7 e 8 são modelos generalistas de configuração espacial brasileiro pertencente a cenários litorâneos:

– Figura 7 - Concentração Urbana litorânea



Fonte: IBGE, 2017.

– Figura 8 - Concentração Urbana litorânea de veraneio



Fonte: IBGE, 2017.

De acordo com material apresentado, pode-se observar que o posicionamento geográfico da região gera o privilégio espacial da mesma, visto as maiores distâncias a serem percorridas por classes mais baixas, representadas por tons mais avermelhados. Algumas pontuais exceções são geradas por empreendimentos que vão surgindo conforme o espaço urbano se desenvolve, como observado por IBGE (2017), em:

“Figuram, sobretudo, na dispersão ou justaposição de funções/atividades que desenham formas de expansão aumentando as cidades em gran-

des proporções com o surgimento de manchas isoladas e ocasionais, muitas vezes unifuncionais (residenciais, shopping centers, distritos de logística etc.).” (IBGE, 2017, p. 33)

Tem-se ainda a especulação imobiliária, “uma forma pela qual os proprietários de terras recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos” (FILHO, 1992, p. 48). Esta que muitas vezes contribui para o agravamento da discrepância entre classes, elevando o custo dos imóveis e, conseqüentemente, de vida das regiões que sofrem com essa ação. O resultado é a gentrificação das áreas visadas por empreendedores que, por serem valorizadas, forçam a migração dos moradores originais.

Outra grande marcante no que se trata da segregação, tangenciando a especulação, é a desapropriação. Ato que objetiva, através de uma entidade pública, remover o indivíduo do imóvel que ocupa. Esse procedimento, pode no entanto ter uma repercussão negativa em comunidades consolidadas e unidas. Afastando indivíduos de suas raízes e seus pares, ocasionando na maioria das vezes, impacto emocional e dificuldades de se adequar, muitas vezes a regiões não tão bem estruturadas quanto a que moravam anteriormente.

Há ainda tramas políticas que são parciais e tendem a beneficiar pessoas mais abastadas, fazendo essa movimentação de desapropriação com fins de benefício à iniciativa privada, devido, por exemplo, à especulação imobiliária. Um exemplo foi a movimentação gerada pela política Higienista, uma ação que alimentou o crescimento das áreas periféricas do Rio de Janeiro (ALBERGARIA, 2010).

Áreas periféricas, são regiões que surgem à margem dos grandes centros econômicos urbanos, são complexas. Historicamente são destinadas a populações carentes, tendo raiz na segregação espacial, originada de preconceitos raciais e econômicos, agravados pela predisposição do poder público de governar em prol de uma minoria pecuniária.

Neste cenário, a promessa de uma melhor qualidade de vida na cidade grande, resulta em um estado de abandono, através de habitações em uma área desprovida de suporte público, com baixa qualidade de infraestrutura, onde os indivíduos acabam se encontrando em uma situação a qual estão largados à própria sorte.

Ainda assim, é importante destacar que não só de quadros desfavoráveis se constrói a complexidade periférica. A resistência ali nasce, se constrói e consolida, produzindo importantes movimentos políticos e culturais ao longo de sua existência.

Nesse sentido, a favela virou uma característica simbólica do Rio de Janeiro, se não do Brasil. Sendo figura representativa em filmes estrangeiros gerando inclusive movimentação no que tange ao turismo, recebendo vários visitantes que buscam vivenciar um pouco do que é a “vida na favela”. Além de ter práticas artísticas altamente consumidas, exemplo maior, o Funk.

Obviamente o lado negativo coexiste junto às maravilhas desse tipo de ocupação e a presença de riqueza cultural, não compensa a negligência de diferentes níveis da sociedade para com as comunidades, principalmente no que tange a questões de violência e criminalidade.

A questão é que quando estas duas características, estão atreladas aos tópicos acima apresentados, principalmente à desigualdade social, tem-se uma construção errônea que apontam a pobreza como causadora desses males. Esse, além de injusto, é um pensamento que facilmente leva ao preconceito para com toda uma classe.

A raiz do problema da violência e criminalidade é histórica e a perpetuação do estereótipo de bandido tem fundo preconceituoso a raça e classe específicas, sendo essa uma construção que deve ser extinta. Zaluvar (2004) salienta que:

“A discriminação básica do nosso sistema policial e jurídico, que só identifica como criminoso o delinquente oriundo das classes populares, que convém ressaltar. A pobreza, então, deixa de ser a explicação para a criminalidade — afirmação comum entre cientistas sociais e que só aumenta os preconceitos contra os pobres — e passa a ser a razão para aplicar, com sucesso, o rótulo de criminoso no bandido pobre.” (ZALUAR, 2004, p. 22)

Afinal, a criminalidade e a violência não conhecem fronteiras, muito menos se limitam a níveis socioeconômicos. O que ocorre é que atualmente na sociedade brasileira, criminosos pertencentes a uma classe que historicamente, detém maior poder financeiro, político e social, são assegurados por privilégios e não sofrem preconceitos comumente direcionados a seus pares de classe historicamente desfavorecidos.

A realidade é cruel, o jovem morador de favela é usado por aquele que nunca pisou em uma e, muitas vezes tem grande influência político-social, além de poder econômico, estando fora dos “radares legais”.

Um dos grandes causadores de violência e diversos crimes, no Brasil, é o chamado crime organizado. Organizações muito bem estruturadas e alimentadas, que vão muito além do adolescente armado que vende drogas, rouba e mata. São lideradas por quem fornece os equipamentos necessários para a sobrevivência dessas guerras nos grandes centros urbanos, quem tem o poder para isso. Como bem apresentado por Zaluvar (2004):

“O crime organizado, por suas características empresariais ilegais, é altamente concentrador de renda. Não sofre nenhum tipo de limitação de leis de mercado, de preços ajustados, de salários mínimos estipulados, de direitos trabalhistas para os seus peões. O crime organizado trafega nos preços cartelizados e na punição com a morte daqueles que ousam desobedecer à ordem e à vontade do chefe ou simplesmente denunciá-lo. Os pequenos traficantes da favela, apesar de todo o aparato militar, na verdade estão

ajudando a enriquecer aqueles que controlam o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptador, o policial corrupto, o advogado criminal, e assim por diante.” (ZALUAR, 2004, p. 66)

Além de uma questão de segurança pública, tem-se uma questão de saúde pública. São muitas as vítimas desse emaranhado danoso de violência e criminalidade, que vão custar mais ainda ao sistema de saúde pública. O problema é tamanho, que a Organização Mundial de Saúde - OMS, publicou em 2002 o primeiro "Relatório mundial sobre violência e saúde". Neste, foram divulgados dados que apresentaram, por exemplo, que "em 1997, o custo dos gastos com assistência à saúde, resultantes da violência, foi de 1,9% do PIB no Brasil"(OMS apud KRUG et al., 2002).

s escolas também são afetadas, principalmente aquelas que vão se encontrar em áreas mais precárias, onde a violência torna o dia a dia um cenário de atrocidades em que os jovens são inseridos, existindo casos em que estudantes vão armados às instituições. Estas situações contribuem em muito para a evasão escolar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com o apoio do Ministério da Educação - MEC, realizaram a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE. Os dados mais recentes, coletados identificaram que "11,6% dos escolares de 13 a 17 anos deixaram de ir à escola porque não se sentiam seguros no trajeto da casa para a escola ou da escola para a casa. Entre os escolares da rede pública o percentual foi de 12,5%, o dobro do observado na rede privada (6,1%)" (IBGE, 2021, p. 95).

Outra reflexão importante é que a maioria das mortes violentas são de homens jovens que seriam importantes peças na contribuição de renda familiar, sendo que o impacto de suas mortes engloba àqueles que seriam seus dependentes. Tem-se como resultados mães que muitas vezes trabalham muito e crianças que acabam ficando sem a devida supervisão ou ainda o trabalho infantil, que seria outro viés danoso a educação. Essas situações só acabam por gerar condições para que um ciclo vicioso se estabeleça.

Mais uma vez, os produtos da ilegalidade entrelaçados a criminalidade e violência, apresentam-se como uma questão de saúde pública, visto a problemática do tráfico, drogas e vício, gerados ou agravados pela negligência governamental, já que o poder público trata tais temas somente como questões de segurança pública, sendo assim:

“Por causa de falta de recursos políticos e econômicos que lhes garantiriam o acesso à segurança, à Justiça e ao atendimento médico enquanto usuários abusivos de drogas. Hoje, é fato aceito que a necessidade de pagar ao traficante leva o usuário a roubar, assaltar e algumas vezes escalar o seu envolvimento no crime, especialmente quando ele não tem uma família de classe média que pague sua estada em centros de recuperação de drogados ou um bom advogado para livrá-lo de um curso de violência e crime numa das penitenciárias do país” (ZALUAR, 2004, p. 34)

O terreno da negligência é fértil e ideal, sendo o crime organizado o maior investidor e beneficiário. Nesse cenário, os jovens são “meros figurantes substituíveis”, que pouco valor tem para os diretores, financiadores e idealizadores. Zaluar (2004), deixa claro que:

“No esquema de extorsão, de favores e dívidas contraídas com traficantes, os jovens que começam como usuários de drogas são levados a roubar, assaltar e às vezes até matar para pagar aqueles que os ameaçam de morte, caso não consigam saldar a dívida e manter o respeito. Com seus patrões, aprendem a se comportar com violência, portando armas de fogo e praticando assaltos. Muitos deles acabam se tornando membros de quadrilhas, seja para pagar dívidas, seja para se sentir mais forte diante dos inimigos criados, seja para intimidar vítimas e para se impor aos policiais, afundando cada vez mais nesse círculo que entendem ser praticamente interminável e inescapável.” (ZALUAR, 2004, p. 59)

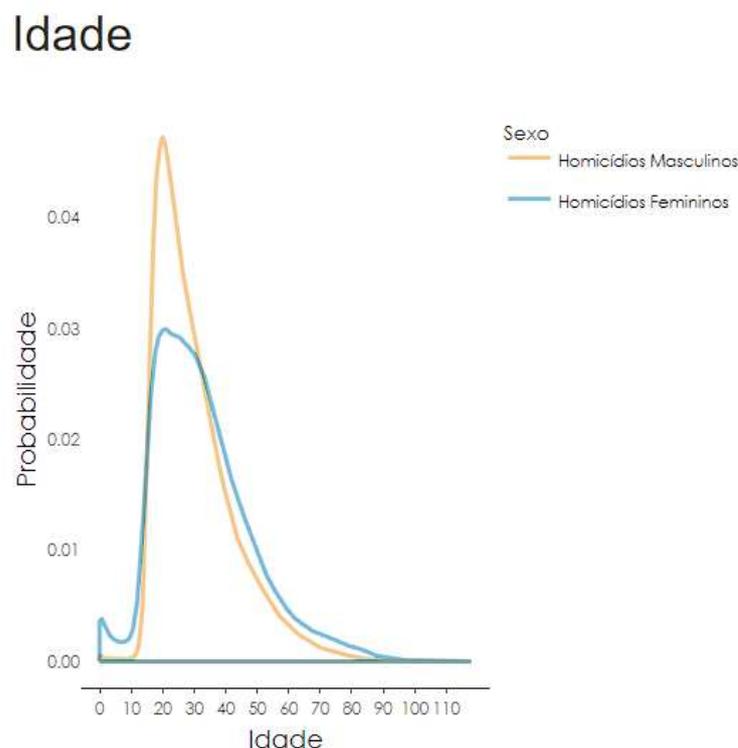
Fato inegável é que a tomada de poder através da violência e da imposição é um traço sociocultural produto da história do país. A violência apresenta-se portanto, como uma problemática generalizada, que deve ser tratada de forma multidisciplinar e em completa colaboração de áreas, principalmente quando o foco se torna os jovens.

A Organização Mundial de Saúde - OMS relatou que “Os maiores índices de homicídio no mundo estão entre os homens na faixa etária de 15 a 29 anos (19,4 para cada 100 mil)” (OMS apud KRUG et al., 2002, p. 10). E há, fundamentalmente, conexão entre vivências/convivências violentas e a violência na juventude:

“Testemunhar a violência em casa, ser vítima de abuso físico ou sexual, por exemplo, pode condicionar crianças ou adolescentes a considerarem a violência como uma maneira aceitável de resolver problemas. A exposição prolongada a conflitos armados também, pode contribuir para uma cultura geral de terror, que aumenta a incidência de violência juvenil. A compreensão dos fatores que aumentam o risco dos jovens serem vítimas ou perpetradores de violência é essencial para o desenvolvimento de políticas e programas eficazes para evitar a violência.” (OMS apud KRUG et al., 2002, p. 25)

O problema é geral e os dados no Brasil seguem as características mundiais sendo igualmente preocupantes. Na figura 9, tem-se um gráfico desenvolvido por pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que contém dados de homicídios ocorridos no Brasil entre 2010 e 2020. Nele é possível observar que a probabilidade de homicídios entre jovens com idade entre 15 e 29 anos é a mais alta, bem como quando estes são pertencentes ao gênero masculino:

– Figura 9 - Gráfico de taxas de homicídio ocorridos no Brasil por idade e sexo



O Atlas da Violência ainda trata o tópico “Juventude perdida”, no qual relata que 30.873 jovens foram vítimas de homicídio no ano de 2018, ou seja, uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país (IPEA, 2020, p. 20).

Tem-se aqueles que, mediante apresentação dos dados, poderiam apontar os atos de violência e possibilidade de ação criminosa como uma característica inata e imutável a personalidade, sendo inerente a determinado indivíduo que a manifestaria e desenvolveria ao longo da infância, apresentando sinais de seu baixo autocontrole. Sendo assim é importante apresentar contra argumento de Zaluvar (2012) que coloca em pauta as ações planejadas, sendo que o envolvimento da “personalidade” do indivíduo,

“Explicariam muito mais os crimes cometidos em explosões emocionais, como os crimes do ódio ou da paixão, mas dificilmente explicariam a criminalidade que se desenvolve como um negócio de longo prazo e que exige o uso racional da violência por causa da ilegalidade e, conseqüentemente, da falta de meios legais para resolver conflitos e da necessidade imperiosa de manter a clandestinidade e a impunidade dos envolvidos nesse tipo de crime que chamei crime-negócio.” (ZALUAR, 2012, p. 338)

Ou seja, a estrutura do crime visto é planejado, racionalizado e ocorre a longo prazo, não podendo ser justificado somente através de impulso por exacerbada emoção

ou ato momentâneo. A subjetividade seria um fator de risco, um potencializador. Sendo assim, a objetividade o verdadeiro iniciador desses jovens.

Nesse emaranhado de complexidade que é o ser humano, algumas concepções sociais individualistas enfraquecem o vínculo indivíduo-sociedade, favorecendo a transgressão. O sentimento de comunidade e pertencimento geram e fortalecem os vínculos sociais, desencorajando ações de cunho violento planejadas.

Com isso, se torna imprescindível desenvolver a sociabilidade das crianças e jovens através do incentivo à convivência social em locais públicos e também a participação de atividades em grupo, fora do âmbito familiar. Assim, tende-se a fomentar noções básicas de regras regidas pela reciprocidade através do enriquecimento da sociabilidade desses jovens. Afinal, a violência também ocorre dentro do âmbito familiar, mas não somente nele, tendo grande impacto negativo em todos os envolvidos, principalmente nos mais jovens (ZALUAR, 2012).

Zaluar (2012), ainda faz importantes reflexões acerca da violência e criminalidade entre jovens, apontando como uma das peças chaves no processo de socialização de jovens o que ela chama de “vizinhaça”, ou seja, a comunidade a qual esses jovens estão inseridos.

“A desarticulação organizacional da vizinhança tem mais impacto sobre a criminalidade do que a da ordem privada, visto que pode fazer o controle social que a polícia não tem meios suficientes nem legitimidade para exercer. Hunter conclui que fortalecer as organizações nas vizinhanças, ou empoderá-las, mais do que caçar criminosos, é a saída para tais problemas de controle social informal.” (ZALUAR, 2012, p. 341)

O ponto chave a ser discutido nesse estudo é justamente a importância da comunidade no processo de desenvolvimento social dos jovens, principalmente aqueles em cumprimento de medida socioeducativa. É com esse objetivo que se propõe um projeto social de ressocialização que invista na participação ativa da comunidade no desenvolvimento social de jovens, principalmente aqueles que apresentam propensão a ações violentas devido a defasagem em seu desenvolvimento social.

Aqui cabe uma comparação: Como um médico tem a responsabilidade de garantir atendimento humanizado e de qualidade a qualquer ser humano, independente de suas crenças pessoais e sem julgamento de caráter, cabe à sociedade o mesmo tratamento a seus jovens. Sendo, inclusive, a principal provedora de condições para seu desenvolvimento social e, conseqüentemente, pessoal, bem como também aquela responsável, não a única, mas uma de grande impacto, pelo seu declínio social, quando não provedora das condições necessárias para sua elevação.

Ao citar a comunidade, é imprescindível apontar o indiscutível papel policial no controle da violência, mas não em forma de mais violência e sim na cooperação mútua entre

autoridades policiais e moradores, nas quais os moradores teriam voz sobre o tratamento que a polícia reserva a seus jovens. Fortalecendo os vínculos e com isso a confiança entre a comunidade e as autoridades locais. Zaluar (2012), aponta a problemática da utilização das forças policiais como “educadores”, destinando a eles um papel que não lhes pertence:

“Certamente, substituir membros de tais organizações, conhecedores das regras locais que regem as etiquetas no tratamento dos filhos de outras pessoas, o que impõe respeito à autoridade materna e paterna, por policiais militares, para ensinar todos os esportes, a música e demais atividades culturais, fragiliza ainda mais a capacidade organizativa na vizinhança.” (ZALUAR, 2012, p. 341-342)

Não precisa-se de muito para concluir que o ser humano reproduz o que vive e os policiais não fazem parte do escopo educativo na sociedade, afinal não é para essa função a qual são treinados e formados, chegando a ser uma transferência de responsabilidade um tanto injusta. Portanto, “O lugar dos policiais não é nos programas socioeducativos destinados aos jovens, pois tendem a reproduzir as regras institucionais de disciplina no ensino do esporte” (ZALUAR, 2012, p. 345).

Um ponto decisivo em todo o processo de combate às ações de infração na juventude é a necessidade de se revisitar a prática das Leis pelo judiciário e pelas forças de segurança pública, principalmente no momento da aplicação de uma medida socioeducativa.

A questão é que assim como a sociedade é parcial seus componentes também o são. Isto nada mais é do que o reflexo de um pensamento enraizado que muito alimenta o discurso da diminuição da menoridade penal, por exemplo, onde se enxerga na punição através da privação da liberdade - exclusão social - a resposta para todas as questões infracionais, principalmente quando o jovem infrator é pertencente a uma classe social desfavorecida, “Essa perseguição apenas contribui para aumentar inutilmente a população carcerária e alimentar a revolta e o sentimento de injustiça entre os pobres.” (ZALUAR, 2017, p. 77).

Por fim, é essencial a mudança de atuação da grande mídia, que tende a reforçar estereótipos e fomentar o pânico na população, através de construções apelativas, promovendo reações baseadas somente na emoção, que afastam cada vez mais os indivíduos dessas discussões tão importantes sobre violência e criminalidade. Os jovens que cometem algum tipo de infração passam a ser rechaçados pela sociedade, o que só agrava a situação, principalmente quando:

”Cotidianamente, a mídia se lança na corrida pela confecção de manchetes alarmantes que pouco favorecem o debate coerente acerca de possíveis soluções para o problema em questão, mas nutrem substancialmente o processo de espetacularização da violência

e os temores dos cidadãos em habitar as “fobópoles” brasileiras.” (LIRA, 2014, p.132).

Sendo assim, o objetivo deste primeiro capítulo era demonstrar a relação entre questões socioespaciais e o fenômeno de encarceramento de jovens infratores.

Conclui-se, que a infração na menoridade independe de gênero, raça, etnia, posição social ou até nível de escolaridade. Essa pesquisa busca colocar em pauta as diferenças de tratativas reservadas a cada indivíduo.

O jovem infrator que pertencer a uma família mais abastada, tem muito mais possibilidades de ser perdoado, socialmente e juridicamente, tendo mais oportunidades de se redimir. Por outro lado tem-se o menor infrator pobre, o qual a família nem sempre é presente, sofre com a negligência governamental, não pode contar com qualquer tipo de auxílio financeiro, muito menos vai ter acesso facilitado a acompanhamento psicológico e pedagógico adequados.

Com todos os aspectos apresentados e discutidos até então, esse estudo se formou como uma proposta. Não é possível alterar o passado, mas é possível planejar o futuro. O desejo de um futuro melhor, incentiva o criar no hoje condições propícias para o desenvolvimento sadio da sociedade e dos indivíduos que a constituem, de forma que se tenha um bom amanhã.

O contexto de criminalização e encarceramento de populações em situação de vulnerabilidade social é, portanto, fomentado pela marcante desigualdade social, que favorecida pela crescente populacional desenfreada junto a falhas na gestão governamental, sendo tão presente na sociedade brasileira, gera seus próprios reflexos. Incluso a segregação socioespacial e a descaracterização dos espaços públicos e seus usos, que antepõe, de forma geográfica, as necessidades de classes economicamente mais altas, que munidas do discurso da insegurança e do medo encontram nas altas taxas de criminalidade e violência a resposta para a marginalização de toda uma classe. Impondo somente a jovens de classes econômicas mais baixas as normas legais da justiça, tratando-os de forma indevida e que vai à contramão ao que é apresentado na Constituição federal da nação.

Ao entender-se que o ato infracional e os crimes são características preocupantes marcantes e mundiais, em aspectos que vão muito além do poder aquisitivo de um determinado grupo ao qual tais indivíduos que os cometem pertencem, foca-se no que realmente é frutífero ao futuro da nação, que é tratar adequadamente à todos sem preconceitos, principalmente os mais jovens de forma a garantir o ensinamento de ações adequadas a boa convivência social.

3 PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEITOS - A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOEDUCATIVO

A partir desse ponto é indispensável a apresentação de uma perspectiva histórica sobre os modelos punitivos brasileiros, bem como o desenvolvimento dos modelos socioeducativos. Neste sentido, a história ensina de forma que torna-se possível um panorama em que as falhas não sejam reproduzidas.

Nos sistemas prisionais, a violência e a desigualdade social, caracterizaram períodos passados marcados por total exclusão social, punição violenta e penas de morte. Tem-se, por exemplo, períodos históricos que não o qual o cárcere não era regido por uma normativa legal, sendo assim, o ato de aprisionar não tinha caráter penal, mas sim a garantia de domínio físico sobre outrem (ESPEN, 2022?).

As estruturas daquela época ilustram muitos cenários fictícios atuais de livros, filmes e séries: Calabouços, torres, masmorras, dentre outros. Estes eram ambientes insalubres que promoviam o adoecimento dos presos e muitas vezes suas mortes, sem direito a nenhum tipo de julgamento.

“A Idade Média período da história entre os anos de 476 a 1453, caracterizou-se pela economia feudal e a supremacia da Igreja Católica, mantendo ainda o cárcere apenas como local de custódia para conservar, aqueles que seriam submetidos a castigos corporais e à pena de morte, garantindo dessa forma, o cumprimento das punições” (ESPEN, 2022?)

Não havia locais específicos para aprisionamentos, sendo os espaços públicos muitas vezes cenários de punições violentas como fogueiras, guilhotinas e a forca, por exemplo. Esses espetáculos violentos eram muitas vezes dirigidos pela igreja católica, que possuía grande influência e poder. Um exemplo seria as chamadas inquisições, que eram instituições compostas pelo Clero e que julgavam e puniam de acordo com ideais religiosos (ESPEN, 2022).

Logo após, a partir de 1453, com marco na Revolução Francesa, tem-se o período moderno no qual a Europa era marcada pela monarquia absolutista. A figura política inquestionável era o monarca, ele quem decidia a punição, encarceramento ou até a morte dos indivíduos, a ninguém cabia qualquer tipo de justificativa sobre suas decisões. Já nesse período, o capitalismo impactava a lógica e organização política, econômica e social (ESPEN, 2023?).

O Iluminismo surge, no entanto, com pensamentos e ideais completamente diferentes, além de que o período econômico que se segue aumenta substancialmente a quantidade de furtos e danos ao patrimônio privado, conforme explicado por Espen (2022?).

“Como a pena de morte e o suplicio não respondiam mais aos

anseios da justiça e seu caráter de exemplaridade da pena falhava, o processo de domesticação do corpo já não atemorizava, surgindo então a pena privativa de liberdade, como uma grande invenção que demonstrava ser o meio mais eficaz de controle social.” (ESPEN, 2022?)

A lógica Iluminista aponta para a lógica baseada na razão e propõe toda uma mudança de paradigma, que impacta questões, sociais, econômicas e políticas, com isso

“Surgiram na época, figuras que marcariam a história da humanização das penas, como: Cesare Beccaria, em sua obra intitulada “Dos Delitos e das Penas”, publicada em 1764 que combateu veemente a violência e o vexame das penas, pugnando pela atenuação, além de exigir o princípio da reserva legal e garantias processuais ao acusado.” (ESPEN, 2022?)

Foucault preconiza (1998 apud. BECCARIA 1762): “O assassinato que nos é apresentado como um crime horrível, vemo-lo sendo cometido friamente, sem remorsos.”

Michel Foucault (1998) aponta que é nesse período que a mentalidade sobre as punições começa a se alterar, “A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência.”. Sendo assim, o ato violento não pode servir de exemplo para que não se cometa um ato violento, já que se instiga o pensamento de que a violência pode ser justificada. Com isso

“A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. ” (FOUCAULT, 2014, p. 13)

Foucault (1998) aponta que foi nesse momento o surgimento do argumento “corrigir, reeducar, curar”:

“Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação — que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos — são penas “físicas” O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho

obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições.” (FOULCAULT, 2019, p. 15)

A pena de morte ainda existe e será aplicada, mas Foucault (1998) explica a mudança das circunstâncias “Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais ‘elevado’”. Assim o autor justifica a inserção de outras áreas no tratamento dos encarcerados, como os médicos, psiquiatras, psicólogos e educadores, por exemplo. Foucault (1998) aponta que a pena por punição física, como forma de espetáculo, começa a se extinguir no início do século XIX, tendo por contexto variação de períodos de acordo com a nação apontada.

“O poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão — privação pura e simples da liberdade — nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra.” (FOUCAULT, 1999, p. 19)

No entanto, esse período de castigo ao corpo a de findar. A mente fica portanto em seu lugar. Inicia-se o julgamento das possibilidades, Foucault (1998) indica, por exemplo, a inserção do recurso “circunstâncias atenuantes”, busca-se “o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro.” (FOUCAULT, 1998, p. 21).

“Peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder legal de punir; dir-se-á que nenhum deles partilha realmente do direito de julgar; que uns, depois das sentenças, só têm o direito de fazer executar uma pena fixada pelo tribunal, e principalmente que outros — os peritos — não intervêm antes da sentença para fazer um julgamento, mas para esclarecer a decisão dos juizes.” (FOUCAULT, 1998, p. 24)

Foucault (1998) ainda salienta: “Um saber, técnicas, discursos “científicos” se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir.”

Por resumo, Foucault (1998) trata o que ele chama de “punição como uma função social complexa”, onde ele aborda o chamado processo “epistemológico-jurídico” no qual, basicamente, se “colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem.”

Neste ponto, inicia-se uma realidade muito familiar, que se desenvolve de forma a basear os conceitos e ações presentes no sistema jurídico atual. O que se torna mais visível no momento seguinte.

Foucault (1975) apresentará o período o qual chama de “momento histórico das disciplinas.”, oriundo dos séculos XVII e XVIII, onde as mesmas passam a ser usadas como forma de dominação.

“Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.”(FOUCAULT, 1975, p. 139-140)

Tal modelo de disciplina é apontado como algo já visto antes, sendo associado a modelos de outras instancias sociais, como escolas, hospitais e organizações militares. E aqui se inicia o marco da Arquitetura prisional.

A Arquitetura foi acompanhando as mudanças apresentadas conforme o pensamento social e comportamento jurídico se modificaram. Como em um reflexo, os projetos e construções são as representações físicas dos pensamentos da época.

Inicialmente tem-se os espaços como cenários de eventos punitivos, em outros como composição que trabalha a ordem, por fim, como ferramentas de limitação e controle. Ver-se-á do que se trata a ferramenta, nada mais do que um meio variável a sua utilização.

Foucault (1998) afirma que “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.”. Ele associa espaços de disciplina como colégios, modelos internatos, e quartéis, espaços que impunham rigidez.

As fábricas também não fogem de sua análise já que existia aquele padrão da época muito parecido ao retratado no cinema, como por exemplo no filme: “Tempos modernos” de Charlie Chaplin do ano de 1936, que trata do produção em massa que trata os trabalhadores como máquinas, possuindo um meio de produção repetitivo, controlado e que vê o ser humano como ferramenta e nada mais. A vigília sempre é componente presente nesses ambientes, sendo reflexo dos pensamentos sociais da época.

A arquitetura dessa época reflete essa necessidade por controle, Foucault relata:

“O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos

das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.” (FOULCAULT, 2014, p. 169)

E não são espaços específicos os quais apresentam tais características, pelo contrário, ela se dissemina pela sociedade.

“A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. O processo aparece claramente nos hospitais, principalmente nos hospitais militares e marítimos.” (FOULCAULT, 2014, p. 170)

E ainda nesse período a arquitetura religiosa, bem como seus pensamentos punitivos influenciam. As celas são espaços originais dos conventos.

“Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias.” (FOULCAULT, 2014, p. 172)

É a produção que importa, as necessidades são ignoradas em prol do capital. Ver-se-a o âmbito econômico, já nesse período, se sobressai ao bem estar comum.

“As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.” (FOULCAULT, 2014, p. 174)

O tempo é outra constante nesse modelo de disciplina controladora, não o tempo comum, mas o que dita, calcula e acusa a insuficiência.

O resultado desse processo é um sistema baseado no vigiar e punir, que dá nome a obra de Foucault (1998) e resume o que o autor apresenta de forma bem detalhada. O

sistema vai priorizar o que ele chama de “Vigilância hierárquica” , produzindo espaços que simulam ao domínio e poder, garantindo o ver sem ser visto e alimentando a contínua sensação do estar sendo vigiado. Foucault (1975), compara esse modelo a acampamentos militares:

“O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do “encastramento”. O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmara escura foi para a grande ciência da ótica.” (FOUCAULT, 1998, p.144)

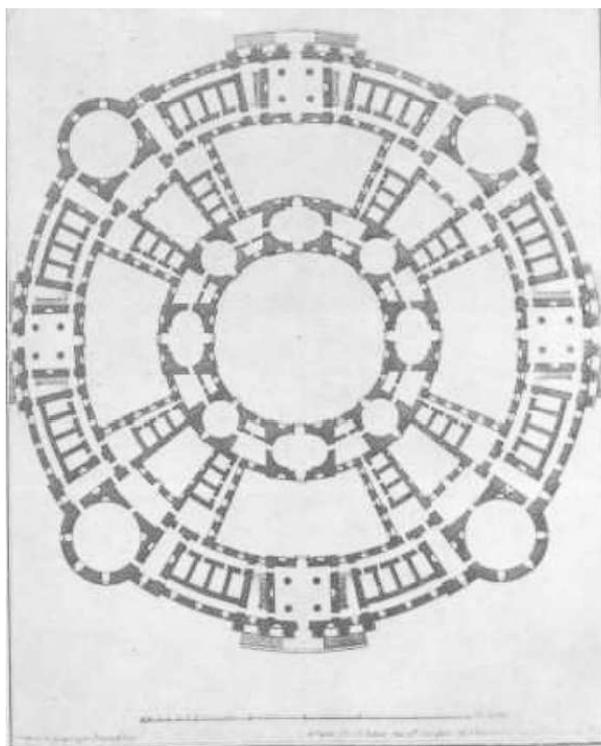
Por fim tem-se a punição:

“A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. Funcionamento penal da ordenação e caráter ordinal da sanção. A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.” (FOUCAULT, 1998, p. 151)

Um dos modelos arquitetônicos prisionais muito difundidos na época e que influenciaram grandemente a arquitetura prisional foi o do Panóptico de Bentham, que vai aplicar os conceitos de vigiar e punir descritos acima:

“O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar.(...) Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.” (FOUCAULT, 1998, p. 223-224)

– Figura 10 - Planta do Panopticon



17. J. Bentham. Planta do Panopticon (*The Works of Jeremy Bentham*, ed. Bowring, t. IV, p. 172-173), V, p. 177.

Fonte: *The Works of Jeremy Bentham*, 1842.

Foucault (1998) explica a aplicação da arquitetura como ferramenta, ao gerar eficácia ao modelo através do receio.

“Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores” (FOUCAULT, 1998, p. 166-167)

3.1 O papel da arquitetura na ressocialização dos jovens infratores

Através da Arquitetura o estado físico ultrapassa a barreira e adentra o complexo e abstrato campo do psiquismo. Se mesmo em modelos tão enrijecidos e autoritários a ferramenta atingiu seus objetivos, mesmo que controversos ao desenvolvimento e ressocialização humana, sendo por isso disseminada em diversos âmbitos da sociedade, não é possível ignorar as benesses que a mesma pode trazer em função social, inclusiva e socializadora como proposto pelos sistemas socioeducativos.

É importante ressaltar que segundo o artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os jovens não cometem crimes, mas sim um ato infracional, essa diferenciação no entanto é mais recente e para reforçar a responsabilidade social e governamental sobre seus jovens tem-se que, “Se houve um ato infracional cometido por adolescente, é sinal que algum dos seus direitos absolutos, garantidos pelo artigo 227 da CF, falhou. E essa falha deve ser recuperada através da Medida Socioeducativa (MSE).” (PIZZATO, 2016).

O Estado é o pilar que impactará de forma "macro", através de suas propostas e ações, as formações "micro" que são as comunidades e famílias. Contudo, entende-se que as responsabilidades devem ser partilhadas, visto que

"Apesar da execução da medida socioeducativa caber ao Estado, é no envolvimento e participação da família e da sociedade que se torna viável o resgate social desse adolescente. Do contrário, a ênfase da aplicação se dará somente ao viés punitivo, enquanto o educacional – que leva à reinserção na sociedade – fica a desejar. Nessas situações, é que as chances do adolescente voltar a cometer novos atos infracionais são maiores.” (PIZZATO, 2016. p. 33)

Em perspectiva histórica mundial, paralelamente a origem dos sistemas prisionais, tem-se o surgimento da diferenciação de tratamento dos indivíduos menores de idade. O desenvolvimento dessa tratativa foi longo, iniciando-se por volta do Séc. XVI com as casas de correção na Europa conforme relatado por Souza (2011). Naquela época, iniciaram-se discussões, acerca de sentenças que condenavam jovens adolescentes a pena de morte.

As construções existentes, no entanto, tinham formato de abrigos, estes que não eram somente para adolescentes, mas toda a população excluída da época, fossem mendigos, crianças órfãs e mulheres que sofriam julgamentos sociais. Para tanto, adaptavam-se construções já existentes como, antigos conventos, hospícios e hospitais, mas sem considerar a importância da arquitetura no processo de recuperação (Souza, 2011). A verdade é que por muito tempo recuperação não seria um conceito trabalhado na sociedade.

Já entre os séculos XVIII e XIX, Souza (2011) aponta que novas edificações surgem. Essas vão ter uso específico e serão voltadas aos jovens, ainda que sem diferenciar os chamados “delinquentes” dos órfãos, por exemplo. No entanto, estes serão divididos conforme suas idades, apesar dos crimes cometidos não servirem como parâmetro na organização espacial.

O início do século XIX traz consigo as primeiras colônias destinadas ao confinamento de crianças e adolescentes, ainda sem divisão conforme infração, já em seu final é possível observar instituições com usos mais específicos e que se munem cada vez mais de mecanismos prisionais, com estratégias baseadas na punição (SOUZA, 2011). Nesse período já é possível diferenciar as estruturas conforme suas utilizações, seja orfanato, escolas ou instituições

para adolescentes infratores. Outro marco importante da época é o surgimento de uma justiça voltada para menores.

Após a Segunda Guerra mundial e suas atrocidades, o mundo volta suas discussões a temas como garantia aos direitos humanos, Souza (2011) aponta que, justo nesse período nasce a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, que traz consigo uma visão mais humanista. Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos da Criança: Distinção entre o tratamento de crianças e adolescentes dos adultos, surgiu somente no ano de 1959.

Entretanto, vai ser na década de 80, conforme presente no relato de Souza (2011), que temas como direitos e deveres dos jovens privados de liberdade, surgirão a partir de tratados e convenções que envolvem temas voltados à infância e adolescência, como, por exemplo, as “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores - Regras de Beijing (1985)”, as “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990)” e, por fim, as “Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil - Diretrizes de Riad” (1990)”. Todas muito recentes na régua histórica humana.

Por fim, Souza (2011) aponta que, em meio a todos esses eventos e discussões, foram gerados reflexos que impactaram diretamente a justiça e leis brasileiras, no que tange ao tratamento de crianças e adolescentes infratores, ou não.

Muitos se esquecem que o país já foi tratado como um “depósito” dos excluídos da sociedade, enquanto colônia. Amado (2006) relata que “uma das mais fortes e duradouras representações do povo brasileiro — a de um ‘povo ruim’ que habita uma ‘terra boa’”. Um território que estava fadado ao “fracasso”, composto por criminosos, exilados, socialmente excluídos, se tornou uma das maiores economias do mundo, possuidor de uma cultura diversa e rica. Foi o recomeço de muitos, inclusive de diversos imigrantes que viam um futuro promissor em seus próprios lares.

A população brasileira é, historicamente, fruto do recomeço e foi marcada pela persistência. Visto as diversas “revoltas” ou melhor, movimentos sociais, ao longo do desenvolvimento do país desde seu período colonial em todo o seu território, no qual o povo defendia e lutava por seus ideais. Tem-se como exemplos a “Inconfidência Mineira” e a “Conjuração baiana” no período colonial, a “Guerra dos Canudos”, a “Revolta da vacina” e a “Revolta da Chibata” no período republicado, dentre muitos outros (DESCOMPLICA, 2023).

Assim como ocorreu na Europa, o Brasil teve o tratamento para com seus jovens influenciado por questões que tangem a pensamentos políticos e sociais. Os primeiros registros são de 1830, conforme Souza (2011), e apontam a distinção de tratamento entre crianças, adolescentes e adultos. No entanto, os menores infratores eram enviados para os mesmos locais que adultos criminosos.

O Século XIX tem em si os abrigos institucionais de fundo militar, com o conceito

enrijecido de disciplina e punição, como apresentado por Foucault (2010). Exemplos são as Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Escolas de Aprendizes dos Arsenais de Guerra.

No período que trata o Brasil República, tem-se uma mudança geral de aspectos que são determinantes, como o aumento e fortalecimento da economia industrial e consequentemente uma maior concentração urbana, conforme relata Souza (2011). Ela ainda aponta que, neste contexto o meio urbano sofrerá com políticas voltadas à higienização social, já apontada no presente estudo, e com esse único intuito, surgem os abrigos para os chamados excluídos. Aqui inicia-se um panorama muito familiar ao que tem-se nos tempos atuais.

Os reformatórios surgem como opção de isolamento que conta com o fundamento disciplinar parecido com o apresentado por Foucault (1975). Neste momento surgem as primeiras casas de correção, localizadas em São Paulo. Tem-se o “Instituto Disciplinar” em 1902, a “Colônia Correccional de Dois Rios” em 1902 e a “Escola de Menores Abandonados” em 1907 (Souza, 2011). Todas construções caracterizadas pelo distanciamento espacial dos grandes centros urbanos, que foram grandes influenciadoras desse método de isolamento presente até nos dias atuais.

A Era Vargas, que retrata o período de 1930 a 1945, conforme citado por Souza (2011), foi um governo marcado pelo populismo, onde o Estado passa a adotar uma política que visa o bem estar social, sendo assim, foram criados vários estabelecimentos que visavam a assistência, bem como proteção ao menor. Aqui chama-se a atenção para como a gestão pública e seu formato impactam nas ações sociais ao longo da história.

Foi também nesse momento que se estabeleceram os reformatórios de “Serviço de Assistência a Menores” - (SAM), segundo Souza (2011), esses não faziam distinção entre infratores e abandonados, com isso as ações específicas necessárias à individualidade de cada caso não existiam, acarretando em baixa eficiência do sistema. Após denúncias por problemas de infraestrutura, maus tratos e até torturas o SAM, sofreu com a revolta social. Com a chegada da Ditadura Militar, em 1964 como relatado por Souza (2011), esse modelo encontrou o seu fim.

Os SAM's, no entanto, deram lugar a “Fundação de Amparo ao Bem Estar do Menor” - (FUNABEM), apesar de possuir uma proposta diferenciada e positiva, que propunha um sistema integrativo com ênfase na educação e participação familiar, ainda possuía uma conduta muito rígida e autoritária reflexo dos pensamentos da época e herança do processo histórico (SOUZA, 2011). Novamente houve a necessidade de reformulação do sistema.

A “Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor” - (FEBEM) vem como a sucessora da FUNABEM, mas assim como estas últimas herdaram os antigos estabelecimentos dos SAM's, a FEBEM foi caracterizada pela mesma repressão presente no antigo sistema

(SOUZA, 2011). Assim como no SAM, a FEBEM marcou um período de denúncias a estrutura, bem como torturas e afins. Aqui cabe ressaltar como os espaços opressores podem perpetuar uma cultura prejudicial.

Com tudo, surge o novo Código de Menores, Lei 6.697/1979, no qual os adolescentes deixam de ser “delinquentes” e passam a estar em “situação irregular” (SOUZA, 2011). Essa nova lei trazia em si um caráter de raiz punitiva, bem como o esperado de um período com exacerbada ação militar.

No entanto, com o fim do regime militar, houve grande mudança no cenário político-social brasileiro e em conjunção com as novas perspectivas inflamadas pelas discussões internacionais com pauta nos direitos humanos, a cidadania finalmente entra em foco. A Constituição Federal Brasileira de 1988 sofre uma reformulação, na qual surge o Art. 227, que aborda o sistema de amparo legal ao menor, portanto,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988)

Entretanto, será somente na década de 1990, que irá surgir a LEI Nº 8.069 ou Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA traz consigo a Teoria da proteção integral, “versa pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes, sem qualquer tipo de diferenciação, ou seja, em qualquer situação os seus direitos básicos dos jovens devem prevalecer.” (Brasil, 1990. Art. 123 e 124).

Finalmente há a garantia de direitos de todo e qualquer jovem, independente da existência ou não de conflito com a lei. Há também a determinação da chamada “imputabilidade penal”, esta se inicia aos 18 anos e é respaldada através do artigo 228 da Constituição Federal e também pelo artigo 104 do ECA. Sendo assim tem-se uma condição, já apontada anteriormente neste estudo, que conceitua uma conduta delituosa de crianças ou adolescentes, sendo crime ou contravenção penal, um ato infracional, conforme termos do artigo 103 do Estatuto.

Nesse momento também tem-se a diferenciação entre crianças e adolescentes de acordo com a idade: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (ECA, 1990), sendo que “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.” (ECA, 1990). Outra diferenciação será no tratamento da criança que cometa ato infracional. Esta fica sujeita à aplicação de

medidas protetivas constantes no artigo 101 do ECA, diferente do adolescente que há de responder dentro de uma medida socioeducativa.

Outro importante marco na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, é a criação do Conselho Nacional de Direitos da Criança (CONANDA) de 1991, órgão responsável pela implementação da Teoria da Proteção Integral, já apresentada acima.

Todas essas leis, órgãos e conselhos, se desenvolvem a partir da mudança no pensamento social, bem como das várias áreas de estudo que discutem sobre a ineficácia da ação punitiva, principalmente quando aplicadas aos mais jovens. Daí a necessidade de um novo modelo que se estabeleça como um facilitador no processo de ressocialização, sendo as medidas socioeducativas a atual medida cabível e respaldada por lei, para àqueles adolescentes que cometem atos infracionais.

De acordo com o CONANDA (1991), a medida socioeducativa “possui dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica”.

O adolescente que comete ato infracional fica, portanto, sujeito, a depender da gravidade do ato e de suas condições pessoais, à aplicação de medida socioeducativa elencada no artigo 112 do ECA. Sendo assim,

“Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.” (BRASIL, 2006, p. 18)

A figura 11 apresenta de forma sintetizada as sete medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da criança e do adolescente, apontando seus objetivos e regras previstas para suas aplicações.

– Figura 11 - Medidas socioeducativas e sua aplicação de acordo com o ECA

Medidas	Objetivo	Regras de aplicação
Advertência	Alertar o adolescente e seus genitores ou responsáveis para os riscos do envolvimento no ato infracional.	Poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade da infração e indícios suficientes de autoria (art. 114, parágrafo único).
Reparação de danos	Reparar ato infracional com reflexos patrimoniais em terceiros.	Determinação para que o adolescente restitua o patrimônio, promova o ressarcimento do dano ou por outra forma compense o prejuízo da vítima. Para evitar que sejam os pais dos adolescentes os pagadores dos danos, e para que não se perca o caráter educativo, essa medida poderá ser substituída por outra mais adequada, a fim de que o próprio adolescente repare o dano.
Prestação de serviço comunitário	Proporcionar oportunidade ao adolescente infrator de realizar trabalho de interesse geral e gratuito em áreas de interesse da comunidade.	A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
Liberdade assistida	Destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, mantendo-o na família e na comunidade, sob a supervisão da autoridade judiciária, com o objetivo de impedir a reincidência.	O juiz destaca um assistente técnico/orientador – em geral, um psicólogo ou assistente social – para acompanhar o adolescente no fórum. Se o juiz preferir, ele pode recomendar que uma entidade ou um programa de atendimento acompanhe o adolescente. Tem prazo mínimo de seis meses, com a possibilidade de ser prorrogada, renovada ou substituída por outra medida (art. 118, § 2º).
Semiliberdade	Trata-se de medida que implica privação da liberdade e busca preservar os vínculos familiares e sociais, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.	Pode ser aplicada como medida inicial desde que a decisão seja fundamentada, tendo em vista o princípio da excepcionalidade da restrição à liberdade do adolescente, ou pode ser decretada como transição de uma medida mais grave ou menos grave. Deve ser executada em estabelecimento adequado às condições do adolescente e não pode ser cumprida em estabelecimento prisional. É obrigatória a escolarização e a profissionalização. Pode ser decretada por tempo indeterminado, mas não pode durar mais do que três anos ou até 21 anos – o que chegar primeiro.
Internação	É medida privativa de liberdade sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. É a medida mais severa de todas as medidas previstas no ECA, por privar o adolescente de sua liberdade de ir e vir.	A medida comporta prazo máximo de três anos, com avaliação a cada seis meses. Atingido o limite de três anos, o adolescente será colocado em liberdade, mas, dependendo do caso, ainda será submetido à medida de semiliberdade ou liberdade assistida. Ocorrerá nas seguintes hipóteses: ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça; reincidência em infrações graves – punidas com reclusão) – e descumprimento reiterado e injustificável de outra medida imposta – máximo de três meses. Nesse caso, é obrigatória a observância do princípio do contraditório. Aos 21 anos, a liberdade é compulsória. Deve ser usada como último recurso (art. 122, § 2º), apenas quando a gravidade do ato infracional cometido e a ausência de estrutura do adolescente indicarem que a possibilidade de reincidência em meio aberto é elevada.
Internação provisória	É a medida socioeducativa cautelar com caráter privativo de liberdade (o adolescente fica detido). É aplicada antes da sentença, quando há indícios suficientes de autoria e materialidade do delito.	Em nenhuma hipótese, poderá ultrapassar 45 dias. Deve ser cumprida em estabelecimento especial, sem qualquer proximidade com adultos.

Fonte: BRASIL, Disoc/Ipea, 1990.

A internação em estabelecimento educacional, por exemplo, é a mais grave de todas as medidas, pois é a única onde o adolescente é privado totalmente da sua liberdade de ir e vir. Essa circunstância faz surgir a necessidade de um espaço arquitetônico adequado para que sejam desempenhadas as atividades pedagógicas, o ECA aponta quais seriam essas:

“VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII – receber visitas, ao menos semanalmente; (...)

X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI – receber escolarização ou profissionalização;

XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; (...)

XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los” (BRASIL, 1990)

A realidade, no entanto, aponta para características de unidades prisionais em modelos socioeducativos, o que definitivamente está longe do ideal para o processo de ressocialização. Por tanto, é clara a necessidade da adoção de diretrizes para a construção de novas estruturas físicas, com função primordial de educar, bem como para o trabalho com os profissionais envolvidos na ação socioeducativa, caso contrário, o Estatuto se tornaria uma letra morta, tal como as legislações anteriores.

O atual modelo constitucional democrático, suas leis e a justiça que o operam frente a um ato infracional refletem decisões tomadas ao longo da história da humanidade, em um momento o qual estes nem existiam. Pode-se observar que inicialmente o jovem infrator era tratado da mesma forma que outros grupos ou classes de indivíduos que viviam às margens da sociedade, independente da sua pouca idade ou gravidade de sua ação.

Com as mudanças ocorridas ao redor do mundo e ao longo do tempo, no que tange à política, economia, sociedade e justiça, pensamentos e conceitos foram se construindo ou desconstruindo e com isso, tem-se por fim um panorama propício a socioeducação. Neste, preza-se não por infringir uma pena através da punição, mas sim educar através da socialização, principalmente dos jovens.

4 A ARQUITETURA COMO FERRAMENTA SOCIOEDUCATIVA - SINASE

Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este foi o primeiro documento que apresentou parâmetros arquitetônicos aliados com parâmetros de gestão pedagógica para a construção de edificações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei.

O modelo foi proposto no projeto de lei (PLC 134/2009), que exige o cumprimento das diretrizes contidas no documento do SINASE, que foi aprovado como Lei Nº 12.594 somente em 2012. O documento foi o primeiro a utilizar o termo “Arquitetura Socioeducativa”.

O documento prevê o espaço físico como elemento promotor do desenvolvimento dos âmbitos individuais, afetivos e sociais do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. O curioso da situação é que não há registro da participação de arquitetos e engenheiros no desenvolvimento do documento ou das diretrizes projetuais nele contidas. De qualquer forma, a caráter de análise essas diretrizes serão apresentadas no presente estudo.

Vale ressaltar que o SINASE apresenta foco nos modelos de internação, já que obviamente esses são os modelos mais críticos. No entanto, aos outros modelos também foram desenvolvidas características a serem seguidas.

Exemplo disto é a figura 12 que apresenta tabela contida em documento do SINASE que dita “Categorias e indicadores de qualidade dos programas de atendimento socioeducativos”, para avaliação do modelo de medida socioeducativa em meio aberto. Com isso, tem-se 4 categorias, sendo elas referentes a cumprimento dos direitos humanos básicos a serem garantidos, sinalização de características imprescindíveis a ambientes e infra-estruturas de qualidade, a que princípios e quais indivíduos deve atender e, por fim, a que fim servirá enquanto modelo de gestão e de recurso humano.

– Figura 12 - Categorias e indicadores de qualidade dos programas de atendimento socioeducativos

Categoria 1 – Direitos humanos	Categoria 2 – Ambiente físico e infra-estrutura
<ul style="list-style-type: none"> • Documentação civil • Documentação escolar • Escolarização • Profissionalização/trabalho • Esporte • Cultura • Lazer • Atenção integral à saúde • Respeito e dignidade • Participação em atividades comunitárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade física • Salubridade • Banheiros • Espaço atividades em grupo • Espaço para atendimento individual • Equipamentos • Segurança
Categoria 3 – Atendimento Socioeducativo	Categoria 4 – Gestão e Recursos Humanos
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento familiar • Atendimento jurídico • Encaminhamento para a rede de atendimento • Atendimento técnico • Plano Individual de Atendimento (PIA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de gestão • Planejamento e Projeto pedagógico • Formação e capacitação de recursos humanos • Supervisão e apoio de assessorias externas • Coleta e registro de dados e informações • Avaliação • Parcerias

Fonte: BRASIL, SINASE, 2012.

Outras características necessárias a uma boa unidade socioeducativa é, segundo SINASE (2012), a proximidade de tais equipamentos públicos às residências dos adolescentes que os frequentam, bem como seus pais e responsáveis. A integração social é outro ponto indispensável a uma boa unidade, sendo pontuado que,

“A medida de internação (seja provisória ou decorrente de sentença) leva, no mais das vezes, à necessidade de satisfação de direitos no interior de Unidades de atendimento. No entanto, assim como nas demais medidas socioeducativas, sempre que possível esse atendimento deve acontecer em núcleos externos, em integração com a comunidade e trabalhando os preconceitos que pesam sobre os adolescentes sob medida socioeducativa e internação provisória.” (CONANDA, 2006, p. 24)

O CONANDA (2006) ainda reforça a condição de “vulnerabilidade e a exclusão social a que muitos estão expostos.”, sendo esses muito adolescentes. É informado ainda que,

”Se tratando de medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) é importante que se mantenha

um local específico para a sua execução, contando com salas de atendimento individuais e em grupo, sala de técnicos e demais condições para garantir que a estrutura física facilite o acompanhamento dos adolescentes e seus familiares.” (CONANDA, 2006, p. 50)

Abaixo segue tabela que resume estrutura física básica exigida de acordo com modelo de medida socioeducativa.

– Figura 13 - Estrutura física básica exigida de acordo com modelo de medida socioeducativa

Aspectos físicos a serem considerados	Internação provisória	Prestação de Serviço à Comunidade [®]	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança					
Espaços adequados para a realização de refeições		quando necessário			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo					
Condições adequadas de repouso dos adolescentes					
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo					
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico					
Espaço e condições adequadas para visita íntima					
Espaço e condições adequadas para visita familiar					
Área para atendimento de saúde/ambulatórios					
Espaço para atividades pedagógicas					
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar					
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes					
Espaço para a profissionalização					

Fonte: CONANDA, 2006.

É importante ressaltar que algumas dessas Unidades possuem modelo socioeducativo misto, ou seja, espaço físico para atendimento em sistema de Internação, Internação Provisória, Semiliberdade e Atendimento Inicial. Sendo que em qualquer dos casos apresentados, a ”A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização.” (CONANDA, 2006, p. 51). Com isso,

“As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências

peçoais relacionais, cognitivas e produtivas.” (CONANDA, 2006, p. 51)

Nesse ponto, CONANDA cita a importância da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), sendo esse, “uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família durante o período de acolhimento.” (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018, p. 07). Seu planejamento deve incluir ações de cunho jurídico, de saúde - física e mental -, psicológica, social e pedagógica.

Aqui é indispensável apontar, que como já discutido anteriormente a abordagem de cunho inclusivo, que trabalhe com a participação ativa da comunidade é imprescindível, sendo necessário portanto,

“Prever na metodologia da abordagem comunitária dos programas de atendimento socioeducativo minimamente: espaços de convivência e participação em atividades de lazer, esporte e cultura com a vizinhança; participação da comunidade nos espaços do programa socioeducativo; divulgação das ações do programa nos meios de comunicação comunitária.” (CONANDA, 2006, p. 63)

Este trabalho defende prioritariamente ações que promovam a socioeducação sem a privação de liberdade. Portanto, focar-se-á na medida socioeducativa de liberdade assistida, que

“Tem como objetivo estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. Sua intervenção e ação socioeducativa devem estar estruturadas com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade) possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas que é base de sustentação do processo de inclusão social a qual se objetiva. Desta forma o programa deve ser o catalisador da integração e inclusão social desse adolescente.” (CONANDA, 2006, p. 44)

E também o modelo de prestação de serviços à comunidade. Dessa forma, o projeto a ser desenvolvido terá total enfoque no bem estar desses jovens, de forma a contribuir com sua efetiva inclusão social. A proposta não é somente um espaço para quem está em cumprimento de medida socioeducativa, mas para toda a comunidade o qual esse indivíduo se insere.

O objetivo é construir uma efetiva rede de atendimento social, público e comunitário, de forma a encontrar soluções que facilitem a inclusão social saudável destes jovens na sociedade. “Dessa forma, o espaço físico se constitui num elemento promotor do

desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.” (CONANDA, 2006, p. 67)

4.1 Estudo de caso

Inicialmente, para este trabalho, foi previsto um estudo de caso voltado à Unidade Socioeducativa de Juiz de Fora, porém, por questões burocráticas que envolvem até mesmo a segurança dos jovens que lá se encontram, o acesso à unidade bem como a materiais como projetos e outros documentos é restrito. Portanto, será apresentado um estudo de caso desenvolvido por Oliveira (2008). A autora desenvolve um estudo de caso como proposto por Becker (1997 apud Oliveira (2008)), visando compreender as relações estabelecidas entre a edificação e seus usuários (Oliveira (2008), p. 52). Com isso, Oliveira (2008), realizou um levantamento físico de forma a desenvolver o programa de necessidades do que ela chama de “projeto pedagógico de ressocialização”. A partir do estudo, levantamento e análise de 3 unidades que ela nomeia como instituições “A”, “B” e “C”, ela afirma que pretende “descobrir efetivamente como essas realidades afetam o adolescente internado.” (Oliveira (2008), p. 53).

Cada unidade está inserida em um contexto diferente, sendo que todas elas são caracterizadas pelo regime fechado ou de internação. Segundo Oliveira (2008):

- A unidade “A” é uma edificação de 1999, administrada pelo Estado e que tinha como função inicial ser uma penitenciária e teve seu uso adaptado, comportando até 30 adolescentes entre 13 e 18 anos;
- A unidade “B” foi inaugurada em 2006, também tem sua gestão realizada pelo Estado, porém foi baseada nas diretrizes propostas pelo SINASE. Sendo assim, Oliveira (2008, p. 53) aponta que, “Os espaços remetiam-se ao ambiente doméstico com o mínimo de contenção interna e apenas a contenção externa julgada necessária.”. Comporta até 18 adolescentes, entre 13 e 18 anos.
- Por fim a unidade “C” gerenciada por um grupo religioso Espírita em parceria com o Estado, sendo inaugurada em 2004 em um contexto emergencial de forma a abrigar adolescentes que estavam detidos irregularmente em um presídio. Tem capacidade para atender 18 indivíduos, entre 13 e 18 anos.

Oliveira (2008) aponta dificuldade semelhante encontrada no desenvolvimento do presente estudo, sendo assim, o “fator segurança é preponderante, materiais como plantas-baixas e imagens não foram disponibilizados, dificultando a ilustração das análises para compreensão de detalhes estruturais e organizacionais dos espaços.” (Oliveira (2008), p. 54).

Devido a isso não são apresentadas as localidades de cada instituição nem o contexto no qual estão inseridas/implantadas em meio urbano, ou não.

Com isso Oliveira (2008), apresentou a tabela contida na figura 14 na qual resume o “roteiro de pesquisa” conforme “público alvo”, “objetivo”, “métodos e técnicas”, “critérios” e “produto esperado”, a partir do que chama de “Dimensão Institucional”, “Dimensão Física” e “Dimensão vivencial”. Sendo assim, é apresentada a metodologia envolvida em cada etapa do estudo.

– Figura 14 - Procedimentos Metodológicos

Roteiro de Pesquisa				
	Dimensão Institucional	Dimensão Física	Dimensão Vivencial	
			Simbólica	Vivencial
Público alvo	Diretores e equipe técnica.	Preenchimento de ficha. Elaboração de croquis.	Adolescentes internados.	Socioeducadores, professores e instrutores de atividades.
Objetivo	Compreensão da dinâmica institucional de atendimento ao interno.	Caracterização dos ambientes selecionados	Imagem da instituição; Relação com o espaço institucional.	Compreensão da vivência do adolescente na instituição.
Métodos e Técnicas	Visitas exploratórias; Entrevista semi-estruturada.	Observação sistemática com preenchimento de Ficha de Caracterização Elaboração de croquis.	Entrevista com Grupos Focais; Jogo de imagens e palavras.	Entrevista semi-estruturada;
Critérios	Projeto sócio-pedagógico; Rotina de atividades; Equipe de atendimento; Ambientes utilizados pelos adolescentes.	Ocupantes; Uso; Mobiliário; Segurança; Conforto; Legislação	Recorrência das imagens selecionadas; classificadas como positivas ou negativas.	Existência de conflitos; Tipos e locais de ocorrência.
Produto esperado	Seleção dos ambientes para caracterização	Tabela Síntese de Caracterização dos ambientes.	Tabelas Síntese das imagens recorrentes	Relato sobre o comportamento dos adolescentes,

Fonte: Oliveira (2008).

Apresentada as Metodologias, Oliveira (2008), desenvolveu três tabelas que estão contidas em Anexo B, figuras 1, 2 e 3, que foram esquematizadas conforme modelo da figura 15, que apresenta as “características das instituições analisadas”, conforme informações coletadas em entrevista semi-estruturada.

– Figura 15 - Esquema de tabelas síntese das características das instituições analisadas

CABEÇALHO			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES

Fonte: Oliveira (2008).

Todos os aspectos observados no Anexo B são relevantes. Sendo assim, a partir destes tem-se possíveis norteadores para um projeto futuro como, por exemplo:

- Espaços flexíveis que comportem diversidade de uso;
- Ambientes com cor, bem iluminados e ventilados, que se diferenciem do sistema prisional;
- Espaços bem delimitados que promovam o respeito ao espaço pessoal, bem como espaços que favoreçam atividades coletivas e de autoconhecimento;
- Ambientes dinâmicos que estimulem o desenvolvimento social e individual.

Ainda é apresentado por Oliveira (2008), quatro tabelas que sintetizam as informações obtidas em entrevista de grupo focal. Sendo assim, tem-se a figura 16, correspondente ao “sentimento do adolescente”, composta por categorias positivas e negativas, entre elas “sentimento de pertencimento” e “apego”, até “saudade” e “ausência de privacidade”, por exemplo, e além da interpretação desenvolvida para cada uma das características apresentadas.

– Figura 16 - Categorias relacionadas à pergunta 1

PERGUNTA 1 – Sentimento do adolescente		
Categoria	Interpretação	
POSITIVAS	Sentimento de pertencimento	Se reconhecer como parte de um grupo social que o acolhe e apóia como se fosse uma família.
	Reflexão	Reconhecimento dessa fase na instituição como momento de refletir sobre os atos que o levaram a estar internado.
	Perspectiva de Futuro	Desejo e o planejamento de uma vida futura fora da instituição seguindo novos caminhos diferentes dos que os levaram para onde estão hoje.
	Desejo de liberdade	Manifestação de um desejo de liberdade positivo, entendido como a aceitação do presente momento na instituição, sabendo reconhecer o valor da liberdade que alcançará futuramente.
	Apego	Manifestação de ligação positiva com algum ambiente específico da instituição.
NEGATIVAS	Aprisionado	Sentimentos relacionados diretamente com o fato de estarem privados de liberdade;
	Imobilidade	Relacionado com a limitação de circulação dentro da instituição.
	Revolta	Falta de aceitação da condição de internado, gerando sentimentos de auto-agressão e de agressão contra o meio físico e social no qual está inserido.
	Falta de perspectiva	Incapacidade de vislumbrar um futuro melhor, apatia, depressão, inércia.
	Ausência de Autonomia	Sentimento de ser manipulado pelo sistema ou pela vida, de não ter controle do próprio destino.
	Saudade	Saudade da vida que levava fora da instituição, encarada como negativa pois não reflete uma reavaliação das atitudes passadas.
	Ausência de Privacidade	Sentimento de ser observado 24 horas por dia, não conseguindo estabelecer momentos ou locais de isolamento.

Fonte: Oliveira (2008).

Já sobre a “imagem da instituição”, foi desenvolvida tabela contida na figura 17, que categoriza de forma positiva e negativa as instituições como “escola”, “casa”, ou até como “inferno” e “prisão”, por exemplo, e aponta a interpretação que foi feita a partir desses conceitos.

– Figura 17 - Categorias relacionadas à pergunta 2

PERGUNTA 2 – Imagem da instituição		
	Categoria	Interpretação
POSTIVAS	Escola	Associação ao espaço da instituição com ambiente escolar, cuja a finalidade é o aprendizado social.
	Casa	Associação com o ambiente doméstico, com sentimento de estar em família.
	Local de ajuda	Percepção da instituição como um local onde encontrou a ajuda que precisava para mudar de vida.
NEGATIVAS	Inferno	Associação com um local onde passa por experiências desagradáveis.
	Prisão	Associação direta com o ambiente prisional
	Rejeição	Nenhuma associação foi realizada, houve apenas a expressão do sentimento de que espaços como os que eles estão não deveriam existir.

Fonte: Oliveira (2008).

Com as análises apresentadas, Oliveira (2008), entra no âmbito da análise das estruturas físicas através da “visita exploratória”. Sendo assim, é apresentada a tabela com as características observadas em cada uma das três instituições conforme apresentado na figura 18, na qual fala de questões espaciais como em “A” que apresentou características de ambiente “mal ventilado”, “barulhento”, dentre outros, além de “B” que foi apontada como uma instituição que possui “Ambiente calmo, relaxante”, dentre outras características, e por fim, “C” que “Não se assemelha à ambientes prisionais nas áreas comuns”, por exemplo.

– Figura 18 - Características Apreendidas

CARACTERÍSTICAS APREENDIDAS		
Instituição A	Instituição B	Instituição C
<ul style="list-style-type: none"> • Guarda semelhança à ambientes prisionais, principalmente nos locais destinados à maior permanência do adolescente: alojamentos, salas de aula/atividades e sala de televisão; • Espaço físico restrito; • Áreas verdes quase inexistentes; • Ambiente opressor; • Escuro; • Barulhento; • Mal ventilado; • Algumas paredes já pintadas com cores alegres na área administrativa; • Área de internação com paredes em tons de verde acinzentado, creme, ocre; • Edificação muito fechada, não possui uma ligação direta com as áreas externas nos locais de maior permanência dos adolescentes; • Muita depredação causada pelos próprios adolescentes na tentativa de fugir, criar "armas" brancas, ou mesmo da intenção de apenas danificar o ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • O aspecto externo das edificações não se assemelha a presídios; • Abundância de espaço físico, com muita área verde; • Não possui características opressoras; • Uso intensivo de cores vivas nas paredes externas de todas as unidades da instituição; • Belas perspectivas de qualquer ponto da instituição; • Ambiente calmo, relaxante; • O adolescente tem a possibilidade de manter uma relação exterior x interior em todos os ambientes da instituição; • Inadequação dos materiais escolhidos para a construção do centro – cobertura em telha cerâmica dos módulos de alojamento, acessíveis aos adolescentes por meio da grade colocada nas janelas, que possuem seus componentes soldados facilitando a quebra da mesma pelos adolescentes. • Depredação de algumas áreas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se assemelha à ambientes prisionais nas áreas comuns • Alojamentos com presença de grades, sendo o único ambiente com caráter relativamente opressor; • Demais ambientes não criam sensação de opressão; • Possui relação entre exterior x interior de qualidade em todos os ambientes; • Área externa que possibilita o desenvolvimento de atividades; • Ambientes bem iluminados, pintados com cores vivas; • Não apresenta depredação do espaço físico;

Fonte: Oliveira (2008).

Para além de informações sobre a qualidade dos ambientes contidos em cada uma das instituições, Oliveira (2008), apresenta uma tabela descritiva sobre o “programa arquitetônico básico” de cada uma, conforme apresentado em tabela inserida na figura 19, na qual é citado cada ambiente pertencente a cada uma das estruturas.

– Figura 19 - Programa

PROGRAMA		
Instituição A	Instituição B	Instituição C
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala diretores; ▪ Sala reunião; ▪ Sala dos técnicos; ▪ Sala professores; ▪ Sala de segurança; ▪ Salas de atendimento técnico; ▪ Consultório de dentista; ▪ Alojamentos para três adolescentes, com banheiro; ▪ Quarto individual, com banheiro; ▪ Salas de TV/atividades; ▪ Salas de Aula/oficinas; ▪ Salas dos socioeducadores; ▪ Refeitório; ▪ Quadra poliesportiva; ▪ Salão para palestras; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salas diretores; ▪ Sala reuniões; ▪ Sala dos técnicos, professores e oficinistas; ▪ Sala da segurança; ▪ Lavanderia; ▪ Refeitório; ▪ Escola: salas de aula, banheiros e pátio interno; ▪ Oficinaria: salas para oficinas, banheiros e pátio interno; ▪ Capela ecumênica; ▪ Alojamentos: quarto para dois ou quatro adolescentes, sala de TV/Atividades, banheiro externo; ▪ Quadra poliesportiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salas diretores; ▪ Salas de atendimento técnico; ▪ Salão para aulas/ atividades/ palestras, visitas; ▪ Sala para oficina de culinária; ▪ Sala para oficina de padaria; ▪ Área para oficina de jardinagem e educação ambiental; ▪ Alojamentos para 4 à 7 adolescentes, com banheiro; ▪ Sala de TV; ▪ Sala dos socioeducadores; ▪ Quadra poliesportiva

Fonte: Oliveira (2008).

A partir da análise do programa arquitetônico de cada instituição, Oliveira (2008), trás ainda “Síntese da caracterização física” de cada ambiente contido nas instituições os quais teve acesso, desde de “conjunto de dormitórios”, “banheiros”, “conjunto de sala de TV/Atividades” e “conjunto de sala de aula/oficinas”. Tabelas constam em Anexo C, e vão tratar dos quesitos observados que tangem aos “ocupantes”, “atividades” desenvolvidas, “mobiliário” contido, “dispositivos de segurança” instalados, “dispositivos de controle térmico e lumínico” ou suas ausências e, por fim, “informações complementares”.

Oliveira (2008), apresenta comparações entre as instituições a partir do resultado das entrevistas realizadas, com isso foi observado que:

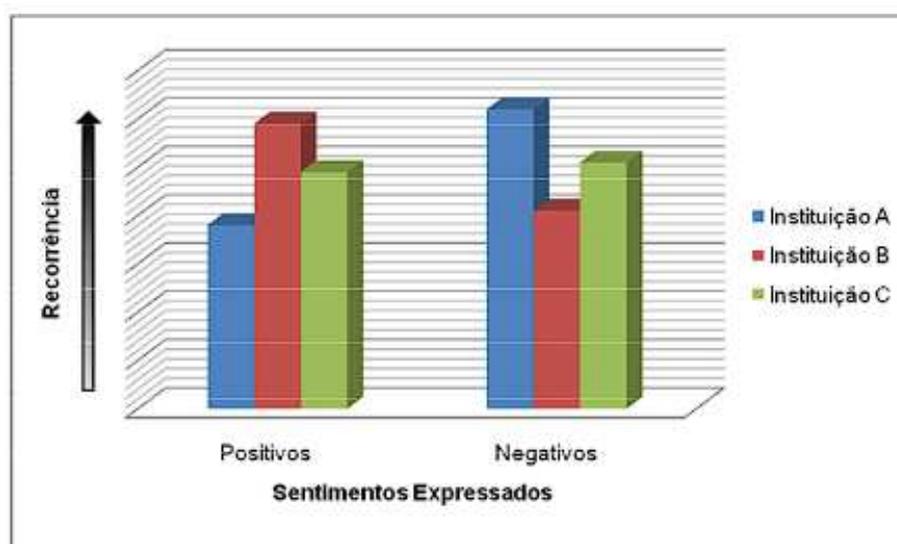
- A instituição “A”, aquela que foi adaptada para a internação dos jovens, sendo inicialmente projetada para ser um presídio, foi onde identificou mais relatos ligados a sentimentos negativos e mais foi observado o impacto da privação da liberdade, visto o sentimento de estar aprisionado. Foi apontado que a cobrança excessiva sobre o cumprimento da rotina e falta de atividades para ocuparem seus tempos, geraram condições “para ficar ‘pensando besteira’ e se entristecendo dentro dos alojamentos. Alguns disseram que pela presença de grades, ‘eles se sentiam como um bicho’” (Oliveira (2008), p. 74).
- A instituição “B”, aquela construída com a finalidade a qual serve, apresentou relatos

mais positivos, tendo mais “aprovação em relação ao ambiente, qualificando-o como bonito, com muito verde, trazendo calma para eles.” (Oliveira (2008), p. 75). Ainda assim, foram apontadas características negativas como, por exemplo, falta de privacidade e monotonia. Nesta instituição não foram identificados sentimentos de revolta, mas sim de boas perspectivas para o futuro.

- Por fim, tem-se a instituição “C”, aquela de uso provisório devido a situação irregular dos jovens. É apontado por Oliveira (2008), como o meio termo entre as instituições, na qual houve menos sentimentos negativos do que na instituição “A”, mas relatos menos positivos que os obtidos na instituição “B”.

De forma a resumir os sentimentos expressados Oliveira (2008) desenvolveu o gráfico contido na figura 20, que apresenta a recorrência de pensamentos negativos e positivos em cada uma das três unidades de forma comparativa, conforme relatos obtidos.

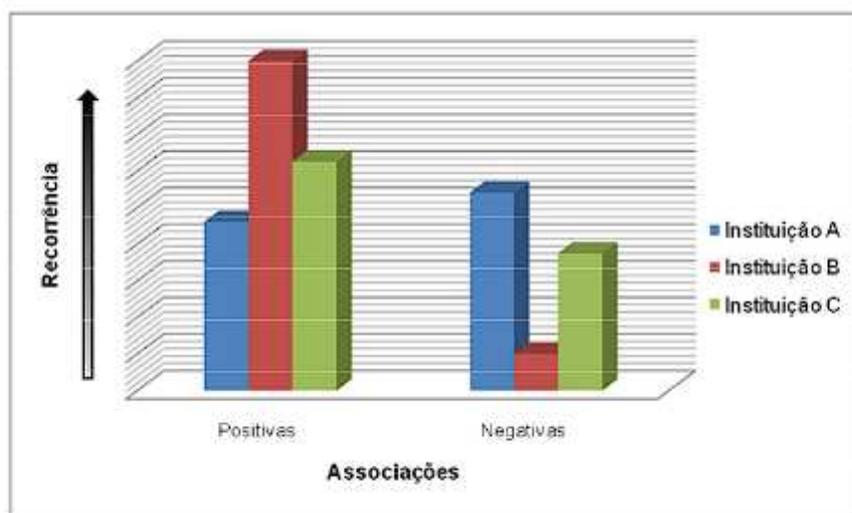
– Figura 20 - Gráfico Sentimentos Expressados vs. Recorrência



Fonte: Oliveira (2008).

Outro gráfico foi desenvolvido, conforme figura 21, para demonstrar a “imagem que o adolescente faz da instituição”, sendo assim é possível observar a recorrência das associações positivas e negativas em cada uma das três instituições de forma comparativa.

– Figura 21 - Gráfico Associações vs. Recorrência



Fonte: Oliveira (2008).

Oliveira (2008), conclui a apresentação do estudo de caso relatando que a associação do ambiente a sentimentos positivos se dá quando, em contrapartida, há o distanciamento da estrutura física a um modelo geralmente aplicado ao sistema prisional. Sendo assim, “pode-se afirmar que o afastamento do aspecto prisional é fundamental para o entendimento do processo vivenciado como sendo socioeducativo e não algo simplesmente punitivo e excludente” (Oliveira (2008), p. 83).

Conclui-se portanto, que como já fundamentado em teorias apresentadas, a arquitetura de uma unidade socioeducativa deve ser pensada com afastamento de modelos que se aproximem do prisional. Além de que, se possível, deve-se priorizar modelos que priorizem o cumprimento de medida socioeducativa em regime aberto, visto que o enclausuramento está associado a pensamentos negativos.

Com isso, reforça-se a importância da ação socioeducativa desde o primeiro ato infracional, de modo a garantir que o devido acompanhamento desestimule reincidências desses atos, agravados ou não. Tem-se ainda, a importância da existência de ambientes propícios, estudados, planejados e desenvolvidos junto a profissionais capacitados, de forma a atender as diretrizes impostas pelo SINASE com qualidade e eficiência.

5 PANORAMA SOCIOEDUCATIVO EM JUIZ DE FORA

Segundo informação contida em SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (2023), com informações atualizadas em março de 2023, Juiz de Fora possui três Unidades socioeducativas, que atendem exclusivamente indivíduos do sexo masculino, sendo duas de sistema de semiliberdade, “Casa de Semiliberdade Bethânia” e “Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus”, e uma de internação, “Centro Socioeducativo de Juiz de Fora”.

O CONANDA (2006) preconiza que, “tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos.”

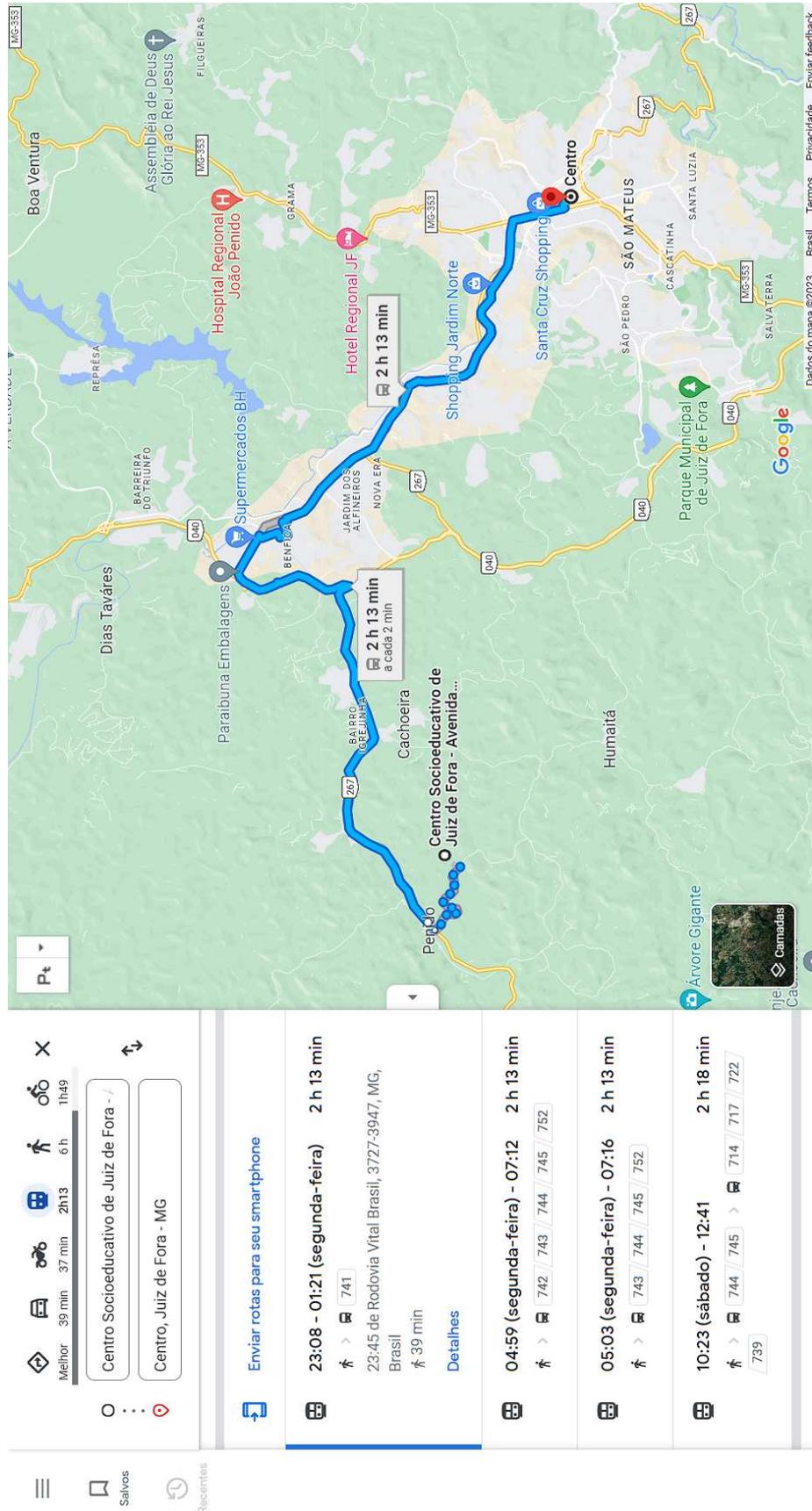
Por bom senso, entende-se que quanto mais acessível melhor, tendo em vista gastos com mobilidade, tempo disponível para deslocamento, facilidade de comunicação e contato. Além claro das determinações legais já apresentadas neste trabalho. No entanto tem-se exemplos como os da cidade de Juiz de Fora - MG, que seguem a premissa do distanciamento social, gerado por questões ligadas a pensamentos preconceituosos e o medo existente pela sensação de insegurança.

É importante ressaltar que não existe na legislação vigente e atualizada da cidade de Juiz de Fora, qualquer menção a equipamentos socioeducativos.

Com isso, o centro socioeducativo de Juiz de Fora, se localiza no endereço Avenida JK, 01 - Santa Lúcia, Juiz de Fora - MG. A partir do centro da cidade a unidade socioeducativa dista cerca de 32 km. Isso caso se utilize um veículo particular.

Já através do transporte público, tem-se um trajeto que totaliza 2h e 13 min de deslocamento partindo do centro da cidade com objetivo ao Centro educativo de Juiz de Fora, como pode ser observado na figura 22.

- Figura 22 - Trajeto entre Centro de Juiz de Fora e Centro Socioeducativo de Juiz de Fora



Fonte: Google Maps, 2023.

Essas informações só reforçam o panorama apresentado por Pizzato (2015):

”Traz no seu simbolismo a incapacidade que a sociedade tem de lidar com situações adversas nos ambientes mais amplos, assim como os hospitais psiquiátricos, os cemitérios, as delegacias de polícia e tantos outros equipamentos urbanos. Negar a implantação de uma edificação com essas funções configura um processo coletivo de negação de um problema. E é sabido que negar um problema não leva à solução do problema em si.” (PIZZATO , 2015, p. 63)

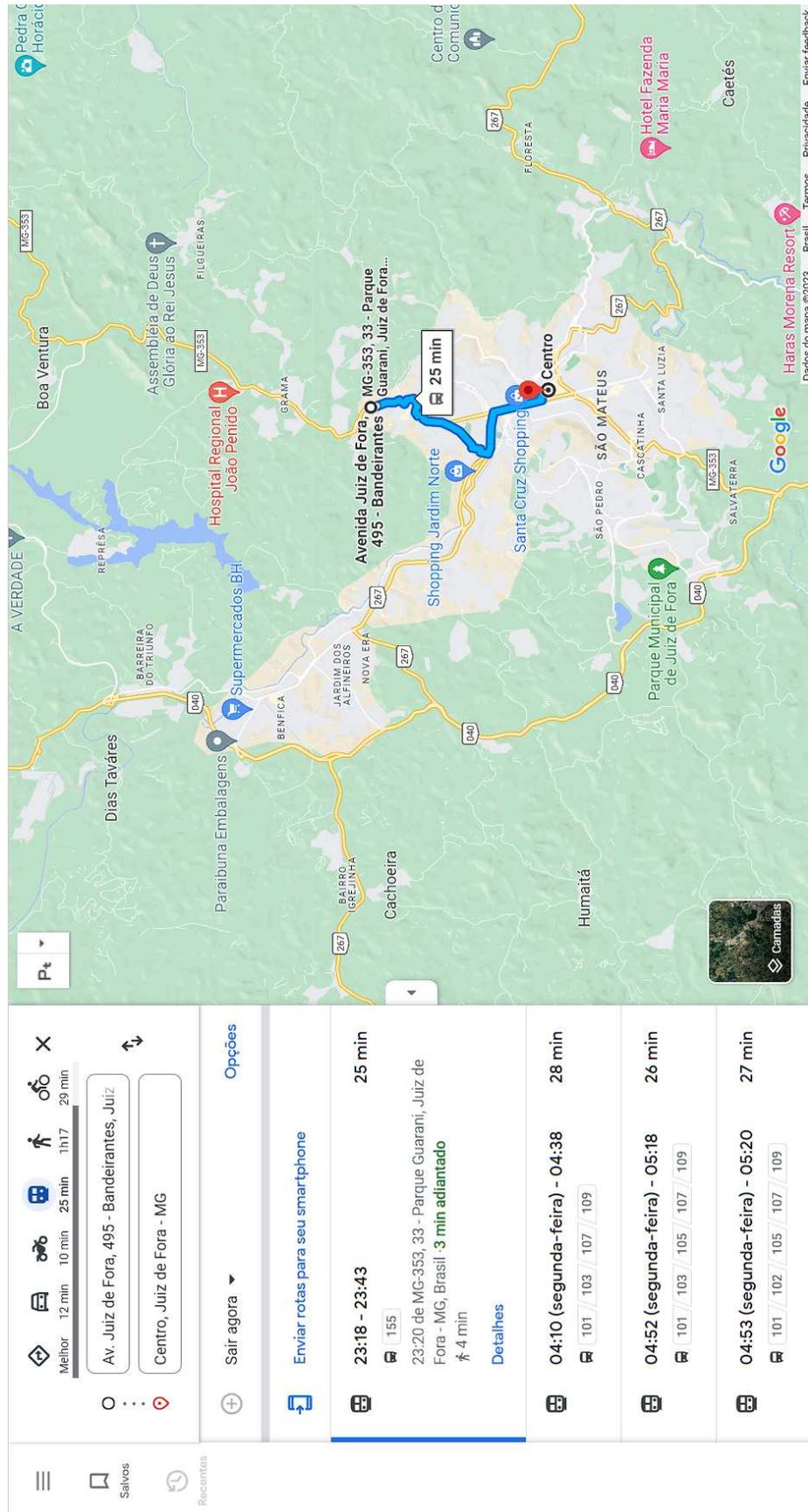
Com tal distanciamento a proposta de socioeducação se enfraquece, visto que como já apresentado anteriormente a participação contínua da família e da comunidade são essenciais ao processo de ressocialização.

Tem-se ainda dois centros de Semiliberdade, sendo estes em locais mais acessíveis. Como mostram as imagens abaixo. O primeiro,

Casa de Semiliberdade Betânia (Figura 23), localizado na Avenida Juiz de Fora , 495 - Parque Guarani, a aproximadamente 6,3 km do centro da cidade, rota calculada na perspectiva de veículo particular. O segundo,

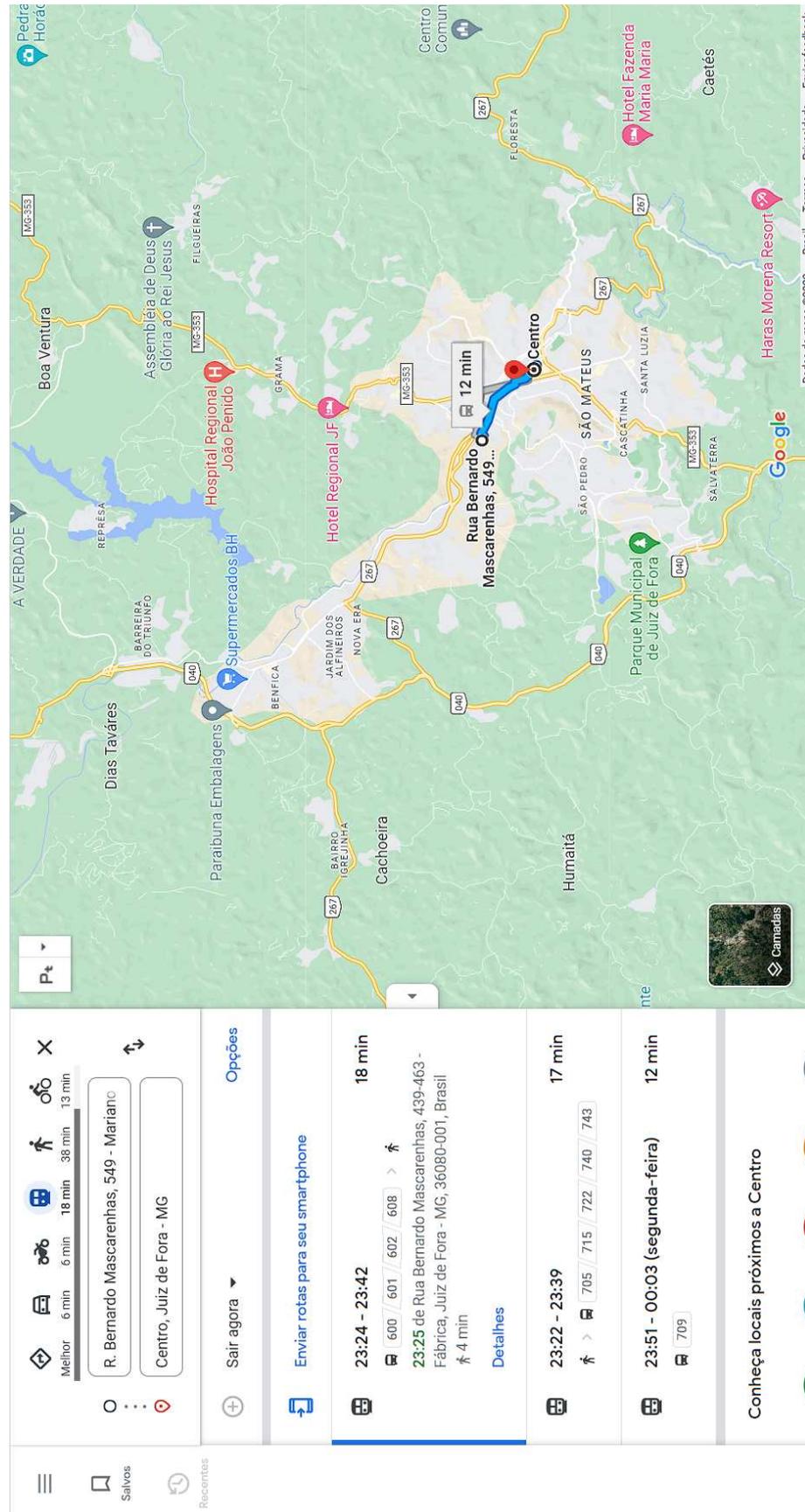
Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus (Figura 24), localizado na Avenida Juiz de Fora , 495 - Parque Guarani, a aproximadamente 3,3 km do centro da cidade, rota calculada na perspectiva de veículo particular.

– Figura 23 - Trajeto entre Centro de Juiz de Fora e Centro Socioeducativo de Juiz de Fora



Fonte: Google Maps, 2023.

– Figura 24 - Trajeto entre Centro de Juiz de Fora e Centro Socioeducativo de Juiz de Fora

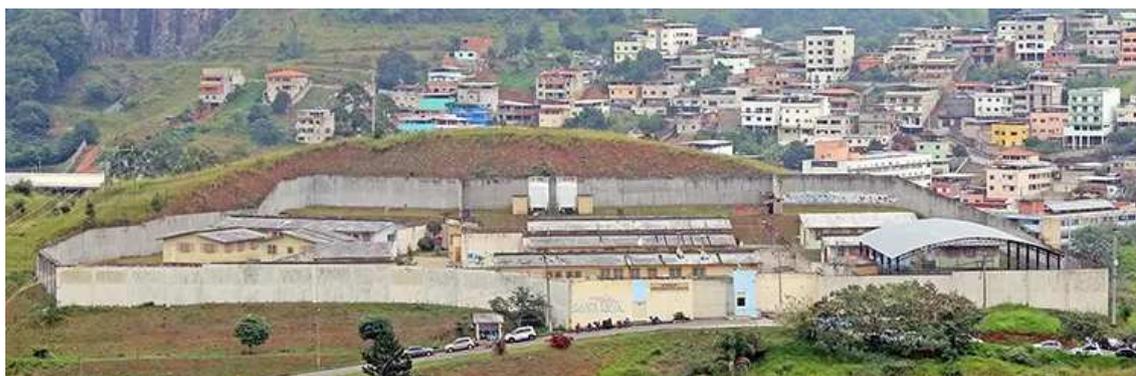


Fonte: Google Maps, 2023.

Esse distanciamento fere a doutrina de proteção integral ditada pelo ECA, que aponta “a convivência familiar e comunitária um dos direitos fundamentais e imprescindíveis para o pleno desenvolvimento de toda criança e adolescente.” (CONANDA, 2006, p. 51). Se o jovem está inserido em um modelo de internação, pelo menos o modelo deve ser localizado de forma a facilitar o contato familiar, sendo que, deve-se “ampliar o conceito de família para aquele grupo ou pessoa com as quais os adolescentes possuam vínculos afetivos, respeitando os diferentes arranjos familiares” (CONANDA, 2006, p. 62).

O Centro Socioeducativo de Juiz de Fora muito se assemelha a um modelo de sistema prisional, visto seus muros altos reforçados por arames farpados, como pode ser observado nas figuras 25 e 26, tanto em infraestrutura pouco adequada ao desenvolvimento emocional positivo, indispensável a proposta de cumprimento de medida socioeducativa, quanto na localização muito distante do centro da cidade, que agrava o pensamento da vivência desses jovens as margens da sociedade.

– Figura 25 - Centro Socioeducativo Santa Lúcia - Vista Aérea



Fonte: Leonardo Costa, 2017.

– Figura 26 - Centro Socioeducativo Santa Lúcia



Fonte: Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2014.

Conclui-se, que o contexto socioeducativo na cidade de Juiz de Fora, demanda reflexões e revisões, principalmente no que tange a infraestruturas existentes, ausência de legislação específica, localização de unidades socioeducativas existentes e seu formato inadequado a proposta de socioeducação, visto o estudo apresentado por Oliveira (2008), que indica ser benéfico o afastamento da imagem de um sistema prisional, oposto do que ocorre em Juiz de Fora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto todos os autores e estudos apresentados, reforça-se, através deste trabalho, a presença contínua da arquitetura enquanto ferramenta e do urbanismo enquanto cenário, tanto para demonstrações políticas, sociais, culturais, religiosas, por exemplo, quanto para questões que implicam na vigilância, disciplina hierárquica, punição e violência.

A proposta é evidenciar que uma ferramenta, como bem implica o termo, pode ter várias finalidades a depender de seu uso e este último, há de divergir conforme o contexto em que é aplicado. Os resultados estão presentes ao longo da história e apresentam seus resultados. Contudo, sendo benéficos, ou não, o produto de sua aplicação se apresentará no futuro, nem sempre tão próximo.

Por tanto, a fundamentação teórica foi aplicada com o objetivo de apresentar características sociais presentes como heranças das decisões e pensamentos passados, expostos na perspectiva histórica. De forma a demonstrar a complexa teia que envolve a infração realizada na menoridade e a importância de políticas públicas voltadas à questão.

Foi constatado que a questão que aborda o menor infrator é complexa e não pode ser tratada com simples decisões e apontamentos parciais, muito menos se estes não ponderarem o contexto político, social, cultural e econômico, sendo esses fatores determinantes que produzem indivíduos complexos.

Entende-se que o tema vai muito além do que qualquer área do conhecimento poderia abordar em sua individualidade. Por tanto, tem-se que este é um tópico que só pode ser totalmente contemplado através da multidisciplinaridade e é desta forma que se caracteriza a busca por diferentes perspectivas na fundamentação do trabalho.

O “Paradigma do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD diz que,

“Toda pessoa nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo. Para desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidade. O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Além de ter oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas” (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006, p. 55)

Com isso, esta monografia é a primeira parte de uma composição, na qual será indispensável os princípios aqui destrinchados, de forma a desenvolver parâmetros que traduzidos ao estudo arquitetônico e urbanístico, resultem no projeto de um centro de ressocialização para menores infratores.

REFERÊNCIAS

- 1 ALBERGARIA, Danilo. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas no Rio. **ComCiência**, n. 118, 2010.
- 2 AMADO, Janaína. TERRA BOA, GENTE RUIM: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO DEGREDO NO BRASIL. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 24, n. 1, 2006.
- 3 BRASIL. Lei Nº 8.069, **Artigo 124**, de 13 de Julho de 1990.
- 4 BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo. **Revista dos Tribunais**, 1764.
- 5 BECCARIA, Cesare. Del disordine e de'rimedi delle monete nello Stato di Milano nell'anno MDCCLXII. 1762
- 6 CALDEIRA, Teresa Pires. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. **Editora 34**, 2000.
- 7 DA SILVA, Flávia Gonçalves. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia da educação**, n. 28, 2009.
- 8 ESPEN, EDFEAP. A história das prisões e dos sistemas de punições. **Penitenciária, Secretaria da Segurança Pública**.
- 9 FOSTER, Norman. Definições de Arquitetura. **The European Magazine**. 2022. Disponível em: http://www.theeuropean-magazine.com/norman-foster/9114-the-role-of-architecture-in-todays-society?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 12, jun, 2023.
- 10 FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 1975.
- 11 GONÇALVES, Mariana Cezar. As estratégias da prevenção do crime através do desenho urbano-ambiental (CPTED) como alternativas à questão da arquitetura do medo. **Percurso Acadêmico**, 2017.
- 12 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama> Acesso em: 14 jun, 2023.
- 13 LIRA, Pablo. Geografia do crime e Arquitetura do medo: Uma análise da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas. Vitória, ES: **Gráfica e Editora GSA**. 2014.
- 14 OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de et al. Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente. 2008.
- 15 OLIVEIRA, Isadora Meireles. Desigualdade Social. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 8, n. 8, 2012

- 16 PINHEIRO, Manoel Carlos; FIALHO JR, Renato. Francisco Pereira Passos, vida e obra. **Coleção prefeitos do Rio**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- 17 PIZZATO, Charles. Arquitetura socioeducativa: o espaço ressocializando pessoas, curando a sociedade. Porto Alegre: **Corag**, 2016.
- 18 SANTOS, Douglas Parreira; FERREIRA, Idelvone Mendes. A segregação espacial e residencial na cidade contemporânea. Neves, AF, De Paula, MH, Anjos, PHR, Bernardo, JL e Pires, MGG, Estudos interdisciplinares em Ciências Ambientais, Território e Movimentos Sociais. **Blucher**, São Paulo, Brasil, p. 175-189, 2016.
- 19 SEJUSP, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Unidades socioeducativas**. 2023. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/2013-07-15-23-12-47>. Acesso em: 10 jun, 2023.
- 20 SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. Os jovens adolescentes no Brasil: a situação socioeconômica, a violência eo sistema de justiça juvenil. **Silva, ERA, Macedo, DMB. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2016.
- 21 SIMMEL, Georg et al. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**,v. 2, p. 11-25, 1979.
- 22 SOUZA, D. **A repercussão das diretrizes pedagógicas do SINASE no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação**. Dissertação (Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 188. 2011.
- 23 VOLKMER, José Albano. Muito além da prancheta eletrônica. **Revista ArqTexto**, Porto Alegre, n. 7, 2005.
- 24 ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. FGV Editora, 2004.
- 25 ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, v. 55, p. 327-365, 2012.

ANEXO A – TABELA DE DADOS DE APOIO À CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS E SUBTIPOS INTRAURBANOS

Tabela 1 - Dados de apoio à caracterização dos tipos e subtipos intraurbanos

Tipo	Subtipo	Mediana do percentual de pessoas em domicílios com										Mediana do Percentual de pessoas com nível médio ou superior¹ (%)	Mediana da razão de dependência de menores de 15 anos (crianças / 100 adultos)	Mediana do rendimento domiciliar per capita (R\$)
		Coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em sacos/bolsas de lixo de limpeza (%)	Água distribuída por rede geral de abastecimento (%)	Rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica (%)	Densidade de moradores por domicílio (%)	Alcance de provedores de acesso à Internet (%)	Existência de computador com acesso à Internet (%)	Existência de máquina de lavar (%)	Alcance de provedores de acesso à Internet (%)	Existência de computador com acesso à Internet (%)	Existência de máquina de lavar (%)			
A		100,00	99,80	99,70	95,90	98,70	89,60	95,40	85,80	17	3 250,00			
B		100,00	99,60	98,50	94,50	96,40	86,00	93,30	83,90	18	2 500,00			
C		100,00	99,80	98,10	92,70	97,00	81,60	92,40	77,80	19	1 750,00			
D		99,90	99,50	98,10	84,40	94,20	65,50	85,30	62,10	24	870,00			
E		99,80	99,30	94,00	72,30	87,40	44,90	73,70	43,20	31	510,00			
F	F1	99,90	95,80	73,50	69,60	87,40	35,30	44,00	51,30	31	440,00			
F	F2	99,10	51,80	65,80	71,90	84,50	43,00	61,80	55,90	31	555,00			
G	G1	99,40	98,50	87,70	58,40	78,30	31,70	64,00	30,90	38	400,00			
G	G2	98,10	96,80	70,40	68,30	87,10	24,10	30,70	37,70	35	325,00			
H	H1	95,60	89,80	52,50	64,10	78,40	21,00	36,70	30,50	40	340,00			
H	H2	96,60	46,10	60,70	65,80	78,90	23,40	50,60	32,00	37	380,00			
I	I1	81,00	73,80	60,50	58,10	75,70	22,80	50,70	29,40	38	333,00			
I	I2	96,20	85,00	44,50	47,30	42,20	17,60	36,70	38,80	49	320,00			
J	J1	80,50	66,00	50,80	55,00	70,10	14,20	22,60	49,00	42	267,00			
J	J2	96,70	43,70	40,90	44,10	54,70	11,10	34,30	33,90	50	255,00			
J	J3	75,50	62,00	32,70	66,40	77,70	10,50	16,10	21,90	43	255,00			
K		70,10	59,10	31,50	49,10	60,10	5,20	12,60	33,00	47	217,00			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Geografia e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Métodos e Qualidade.
 [1] Considerando as áreas de fundação com mais de 40% de domicílios particulares permanentes ocupados em situação urbana, nas Condições Urbanas selecionadas neste estudo.

ANEXO B – TABELAS DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

INSTITUIÇÃO A – adaptada para o uso			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
Espaço Físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambientes são seguros; ▪ Mobiliário de concreto garante a segurança; ▪ Grades – necessárias para conter o adolescente; ▪ Comporta numericamente os adolescentes envolvidos nas atividades; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pouca diversidade de espaços acessíveis aos adolescentes – não permite diversidade de atividades; ▪ Ambientes escuros, pouco ventilados; ▪ Manutenção precária; ▪ Ambientes sem cor; ▪ Pouca informação visual de qualidade – monotonia; ▪ Espaços muito fechados – parece cadeia; ▪ Pouca diversidade de espaços para os adolescentes se movimentarem; ▪ Ausência de espaços adequados para os atendimentos técnicos (terapia ocupacional); ▪ Ambientes para as atividades ou fechados ou abertos demais; ▪ Mobiliário restrito por limitação no tipo de material permitido. 	
Imagem da instituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Querendo ou não é a casa deles; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distante de ser socioeducativo porque passa a imagem de cadeia; 	
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuiu os momentos de contenção – comportamento melhorou; ▪ Respeitam os espaços individuais – cama e mesa de cabeceira; ▪ Respeitam espaços de grupos – alojamentos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geralmente Quadra, escola, sala de TV; ▪ Às vezes refeitório, oficinas e raramente nos alojamentos; ▪ Discussões por motivos pessoais; ▪ Brincadeiras exageradas; ▪ Diferenças trazidas de fora da instituição; ▪ Destroem o ambiente; ▪ Não gostam de estudar; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Depende do humor do adolescente; ▪ Depende da atividade; ▪ Depende da quantidade de adolescentes; ▪ Não tem noção de valores; ▪ Depende do interesse na atividade realizada; ▪

Fonte: Oliveira (2008).

INSTITUIÇÃO B – construída para o uso			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
Espaço Físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente tranquilo, bonito; ▪ Espaços Amplos – facilita a vigia, acalma os adolescentes; ▪ Uso de cores alegres; ▪ Favorece a relação com o adolescente; ▪ Territórios bem delimitados nos alojamentos pelo conjunto cama-local para guardar objetos pessoais; ▪ Amplo: favorece a reflexão; ▪ Melhora a receptividade do adolescente; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização de materiais inadequados nas edificações – telhas cerâmicas, grades metálicas muito frágeis; ▪ Espaços coletivos grandes – muito deslocamento dos agentes; ▪ Estrutura de contenção frágil; ▪ Dificulta a segurança; ▪ Banheiro externo à cela – ruim para os momentos de castigo; ▪ Sala de TV desconfortável por conta do mobiliário de concreto – uso colchões para melhorar; ▪ Visibilidade do portão de acesso da unidade; ▪ Possibilidade de controle visual externo por parte dos internos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corpo técnico pequeno para muito espaço. ▪ Preferência por tipologia de pavilhão – esta é ideal para o público feminino.
Imagem da instituição		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura frágil – desmoraliza o adolescente; 	
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas; quadras; ▪ Ser uma possibilidade de sair do núcleo; ▪ Ser um trabalho realizado em equipe; ▪ Respeitam os espaços alheios; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola e refeitório; ▪ Existe liderança; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Independe do lugar; ▪ Varia com humor do adolescente; ▪ Postura dos professores; ▪ Diferenças pessoais;

Fonte: Oliveira (2008).

INSTITUIÇÃO C – uso provisório			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
Espaço Físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente não remete ao prisional; ▪ Adequado ao perfil dos adolescentes que atende; ▪ Tranquilo; bonito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Muito pequeno; ▪ Não oferece suporte para a realização de todas as atividades; ▪ Sala de aula servindo de acesso para salas de atendimento; ▪ Infra-estrutura provisória; ▪ Atividades realizadas em locais adaptados; ▪ Falta infra-estrutura adequada para os agentes; ▪ Quadra muito perto da rua; ▪ Espaços muito abertos; 	
Imagem da instituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não se aproxima de ambiente prisional 		
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas, escolarização; ▪ Mente ocupada, bom comportamento; ▪ Compartilham objetos dentro dos alojamentos; ▪ Estabelecem seus territórios; ▪ Respeitam os territórios alheios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadra: atividade agitada, perto da rua – da vontade de sair, ▪ TV: local inapropriado, adolescentes ficam aglomerados, aumentando a possibilidade de conflito; ▪ Alojamento: por ficarem muito tempo lá; ou por conversas com os familiares que trazem os problemas de fora. 	

Fonte: Oliveira (2008).

ANEXO C – SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Questão observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
DB1	Três adolescentes	Dormir, Ler, conversar, Fazer artesanato, Guardar objetos de uso pessoal,	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas; Bacia turca; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com caro de metal como torneira.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias e chuveiros embutidos nas paredes ou lajes e protegidos com tela de aço; Janelas voltadas para o corredor da circulação; Chuveiro embutido na laje; Aquecimento dos equipamentos externo ao ambiente.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Janelas baixas internas, fechadas por grade de ferro; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Aquecimento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para corredor de circulação; Sem visibilidade dos outros quartos; Banheiro interno ao quarto, delimitado por mureta de 90 cm de altura; Janelas internas voltadas para circulação; O banheiro não possui paredes, nem porta; Janela próxima ao banheiro sem possibilidade de vedação; Sobreposição de uso como quarto no qual está inserido; Uso coletivo.
DB2	Um adolescente	Estender roupas; Higiene após piscinar; Necessidades fisiológicas.	Uma cama de concreto fixa; Um colchão; Bacia turca; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com caro de metal como torneira.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias e chuveiros embutidos nas paredes ou lajes e protegidos com tela de aço; Chuveiro embutido na laje; Aquecimento dos equipamentos externo ao ambiente.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Aquecimento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pórtico central; Visibilidade dos outros quartos; Banheiro no fundo do ambiente se parado por meia parede (aprox. 1,50); Uso individualizado.

Fonte: Oliveira (2008).

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
D1	Dois adolescentes	Dormir; Ler, conversar, fazer artesanato; Guardar objetos de uso pessoal; Estender roupas.	Um batiche de concreto; Uma mesa de estudos com branco, em concreto.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidas com tela de aço.	Janelas de abrir, duas bilhais, localizadas no centro da parede; (aprox. 1,20m x 1,00m). Porta de grade, dificultando o controle térmico e luminoso.	Acesso voltado para a sala de TV; Banheiro externo ao quarto.
			Dois chuveiros embutidos na laje; Duas pias de louça encapadas com concreto; Duas superfícies reflexivas de aço escovado, chumbadas na parede; Dois bancas turcas.	Chuveiros embutidos na laje; Equipamentos de louça encapados com concreto; Luminária embutida na laje e protegida por grades.	Janelas altas tipo biscaia, protegidas por grade, com fechamento acrílico cancelado; Possibilidade de controle do acionamento dos dispositivos.	Equipamentos separados por divisórias de aço, fixas, permitindo o uso simultâneo; Ausência de porta isolado o conjunto do ambiente contíguo; Possibilidade de uso coletivo sem comprometer a privacidade.
B1	Seis adolescentes	Higiene pessoal; Necessidades fisiológicas.	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidas com tela de aço.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pélo central; Visibilidade dos outros quartos; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.
			Vaso sanitário encapado com concreto; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com canto de metal como torneira.	Chuveiro embutido na laje; Luminária embutida na parede e protegida por grade; Acionamento dos equipamentos externo ao ambiente.	Ausência de aberturas; Ausência de porta, dificultando o controle térmico.	Banheiro sem controle visual dos agentes; Ambiente endossurado.
DBC1	Três adolescentes	Dormir, ler, conversar; Fazer artesanato; Guardar objetos de uso pessoal; Estender roupas.	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidas com tela de aço.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pélo central; Visibilidade dos outros quartos; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.
			Vaso sanitário encapado com concreto; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com canto de metal como torneira.	Chuveiro embutido na laje; Luminária embutida na parede e protegida por grade; Acionamento dos equipamentos externo ao ambiente.	Ausência de aberturas; Ausência de porta, dificultando o controle térmico.	Banheiro sem controle visual dos agentes; Ambiente endossurado.
Dormitório e banheiro separados	Um a dois adolescentes	Higiene pessoal; Necessidades fisiológicas.	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidas com tela de aço.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pélo central; Visibilidade dos outros quartos; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.
			Vaso sanitário encapado com concreto; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com canto de metal como torneira.	Chuveiro embutido na laje; Luminária embutida na parede e protegida por grade; Acionamento dos equipamentos externo ao ambiente.	Ausência de aberturas; Ausência de porta, dificultando o controle térmico.	Banheiro sem controle visual dos agentes; Ambiente endossurado.
Dormitório com banheiro compartimentado	Um a dois adolescentes	Higiene pessoal; Necessidades fisiológicas.	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidas com tela de aço.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pélo central; Visibilidade dos outros quartos; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.

Fonte: Oliveira (2008).

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e lumínico	Observações complementares
Dormitório com banheiro compartimentado	Até quatro adolescentes	Dormir; Ler, conversar; Fazer artesanato; Guardar objetos de uso pessoal;	Em madeira, sotto do chão; Quatro camas, Quatro colchões, Varal de corda de nylon; Espaço para guardar objetos pessoais delimitado por cabos ou painéis.	Porta de grade de ferro, trancada por cadeado; Janela isolada internamente por tela de aço.	Janela tipo veneziana com acionamento interno; Dois pontos de iluminação distribuídos uniformemente no ambiente; Aclonamento da iluminação interno ao quarto.	Paredes limpas e sem pichações; Presença de roupas e objetos pessoais "organizados" sobre as camas; Piso de madeira; Acesso para hall de circulação e TV; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.
			Em madeira, sotto do chão; Seis camas, Seis colchões, Varal de corda de nylon; Espaço para guardar objetos pessoais delimitado por cabos ou painéis.			
	Até sete adolescentes	Estender roupas.	Chuveiro; Vaso sanitário de louça; Pia de louça.	Não possui.	Luminária central ao ambiente, protegida por grade; Ausência de janelas.	Os equipamentos não são encapados com concreto.
DBC 2, 3 e 4	Banheiro	Higiene pessoal; Necessidades fisiológicas.				
DBC 4	Dormitório					
DBC 3	Dormitório					
DBC 2	Dormitório					

Fonte: Oliveira (2008).

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
STV1	Até quinze adolescentes; De quatro a seis socoeducadores.	Ver televisão; Ler; Conversar; Jogar.	Um armário de madeira para TV; Uma televisão; Um banco de concreto em uma das laterais.	Mobiliário de concreto; Isolado por grade das demais áreas da unidade.	A sala é iluminada e ventilada pela porta de entrada da unidade que se encontra no hall adjacente.	Quantidade de mobiliário inferior ao número de usuários. Mal iluminada; Por ser central à unidade o banco se expande facilmente.
STV2	Até quinze adolescentes; De quatro a seis socoeducadores.	Ver televisão; Ler; Conversar; Jogar.	Um suporte para TV; Uma televisão; Bancos de concreto nas laterais da sala; Três mesas com quatro bancos cada, todos em concreto.	Mobiliário de concreto; Isolado por grade do restante da unidade; Janelas altas protegidas por grades.	Janelas de aço com fechamento em material translúcido, sem possibilidade de acionamento; Luminárias protegidas por grade com abertamento interno à sala.	Tamanho suficiente para atender todos os adolescentes; Bem iluminada durante o dia.
STV3	Até dez adolescentes; De dois a quatro socoeducadores.	Ver televisão; Ler; Conversar; Jogar; Fazer artesanato.	Um banco de concreto; Um móvel para TV em concreto; Uma televisão.	Mobiliário em concreto; Grades nas janelas; Luminárias embutidas na laje e protegidas por grades; Televisão protegida por grade.	Janela de abrir, com duas folhas e fechamento em policarbonato cancelado translúcido.	Ambiente que atende a circulação do núcleo; Promove visibilidade dos quartos e do banheiro.
STV4	Até dez adolescentes; De uma a dois agentes.	Ver televisão.	Um móvel de madeira para TV; Uma televisão.	Portão de grade separando da ante-sala de acesso aos quartos; Grade nas janelas.	Janelas tipo bacia com acionamento interno; Ausência de dispositivos de controle da luz natural.	Espaço muito pequeno para a atividade e para o número de usuários; Não possui mobiliário e infraestrutura para a atividade; Atende circulação para os quartos.

Fonte: Oliveira (2008).

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Questão observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
Salas de aula/ótimas	SA1	De quatro a seis adolescentes; De uma a dois socioeducadores; Oficinas de oficina.	Escritação regular; Atividades extras para pequenos grupos.	Quadro negro pintado na parede; Mesas e cadeiras de madeira, dispostas de acordo com a quantidade de adolescentes.	Fechamento das aberturas por grade; Porta de aço, com tranca externa e vidro; Luminária embutida na parede, sobre a porta.	Sala utilizada com dimensões pequenas; Muito iluminada, mal ventilada, muito ruidosa; Mantido em estado de manutenção precário.
	SA2	De dois a seis adolescentes; De um a três socioeducadores; Oficinas de oficina.	Escritação regular; Oficinas de pintura, artesanato;	Dois a três mesas de fórmica com cadeiras de madeira; O u cadeiras de tecido fabrical em madeira e ferro; Quadro negro;	Porta de aço, com fechamento externo e vidro; Janelas gradientes; Luminária embutida na laje.	Tamanho compatível com a atividade; Bem iluminada e ventilada; Boa relação interior x exterior;
	SA3	Grupos de seis a quinze adolescentes; Professora/oficinas; De três a cinco socioeducadores;	Escritação regular; Palastras; Atividades extras; Visitas familiares; Acompanhamentos individuais.	Quadro negro; Mesas e cadeira para o professor; Cadeiras de tecido lateral de madeira e ferro para os alunos; Dois bancos longos de madeira para os socioeducadores;	Grades nas janelas	Janelas tipo bascula com vidro e adorno interno; Atranda de cortinas; Luminárias distribuídas uniformemente pelo ambiente; com adorno interno;

Fonte: Oliveira (2008).